

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|--|----|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 7 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 12 |
| 5.4 - Alterações significativas | 13 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 14 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 30 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 32 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 33 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 39 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 41 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 42 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 43 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 44 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 65 municípios do estado do Rio de Janeiro e um município em Minas Gerais. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

(a) Risco de taxa de juros

Este risco se refere à possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de variações nas taxas de juros ou em outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação no ano de 2012 fossem iguais às esperadas para o ano de 2013, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

| 31/12/2012 | Aumento/redução em pontos base | Efeitos | |
|-----------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------------------|
| | | No resultado | No patrimônio líquido |
| Passivos financeiros | | | |
| CDI | 2,32% | (1.269) | (1.269) |
| TJLP | (13,04%) | 2.617 | 2.617 |
| IPCA | (0,66%) | 415 | 415 |

A fim de mitigar os riscos de perdas referentes às variações nas taxas de juros, a Companhia avalia, respeitando a estratégia do grupo, a necessidade de recorrer aos instrumentos de derivativos com objetivo de proteção das dívidas e das posições detidas à vista na carteira de investimentos.

Os derivativos contratados contribuem para um fluxo de pagamento mais estáveis minimizando as incertezas quanto a as variações da taxa CDI.

| Empresa | Contraparte | Derivativo | Tipo | Dívida protegida | Operação |
|---------|-------------|---------------|-------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|
| Ampla | HSBC | Swap DI x Pré | Hedge de fluxo de caixa | 6º Emissão de Debêntures R\$ 117 MM | DI + 1,20% a.a. 9,59%a.a. |
| Ampla | HSBC | Swap DI x Pré | Hedge de fluxo de caixa | 7º Emissão de Debêntures R\$ 100 MM | DI + 1,02% a.a. 10,50% a.a. |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

| Contrato | 2012 (R\$ mil) | Possível (R\$ mil) | Remoto (R\$ mil) |
|--|-------------------|-----------------------|---------------------|
| ALFA DI-B | - | - | - |
| BB DI-A | 100.612 | 102.985 | 105.359 |
| BNDES CAPEX | - | - | - |
| BNDES CAPEX 2011 FINAME | 86.432 | 86.432 | 86.432 |
| BNDES CAPEX 2011-A | 106.511 | 108.788 | 111.065 |
| BNDES CAPEX 2011-B | 106.549 | 109.071 | 111.593 |
| BNDES CAPEX SE | - | - | - |
| BNDES FINAME S | 483 | 483 | 483 |
| BNDES FINAME T | 1.097 | 1.097 | 1.097 |
| BNDES FINAME U | 1.116 | 1.116 | 1.116 |
| BNDES FINAME V | 362 | 362 | 362 |
| BNDES FINAME W | 1.047 | 1.047 | 1.047 |
| BRADESCO DI-C | - | - | - |
| BRADESCO DI-D | 8.318 | 8.621 | 8.923 |
| BRADESCO DI-E | 8.318 | 8.621 | 8.923 |
| BRADESCO DI-F | 4.159 | 4.310 | 4.462 |
| DEBÊNTURES 4ª EMISSÃO (AMPL 14) | - | - | - |
| DEBÊNTURES 5ª EMISSÃO (AMPL15) | - | - | - |
| DEBÊNTURES 5ª EMISSÃO (AMPL25) | 161.014 | 164.331 | 167.649 |
| DEBÊNTURES 6ª EMISSÃO (AMPL16) | 117.328 | 120.106 | 122.884 |
| DEBÊNTURES 6ª EMISSÃO (AMPL16) SWAP PA | -121.243 | -121.568 | -121.892 |
| DEBÊNTURES 6ª EMISSÃO (AMPL16) SWAP PP | 121.784 | 122.158 | 122.531 |
| DEBÊNTURES 6ª EMISSÃO (AMPL26) | 206.204 | 210.093 | 213.982 |
| DEBÊNTURES 7ª EMISSÃO (AMPL17) | 100.274 | 101.408 | 102.542 |
| DEBÊNTURES 7ª EMISSÃO (AMPL17) SWAP PA | -103.991 | -104.626 | -105.260 |
| DEBÊNTURES 7ª EMISSÃO (AMPL17) SWAP PP | 105.882 | 106.651 | 107.421 |
| DEBÊNTURES 7ª EMISSÃO (AMPL27) | 318.904 | 321.372 | 323.840 |
| ELETROBRAS - 0022/04 (LUZ PARA TODOS) | 1.940 | 1.940 | 1.940 |
| ELETROBRAS - 158/2006 (LUZ PARA TODOS) | 4.326 | 4.326 | 4.326 |
| ELETROBRAS - 245/2008 (LUZ PARA TODOS) | 13.482 | 13.482 | 13.482 |
| ELETROBRAS - 2930/2011 (EMERGENCIAL) | 7.070 | 7.070 | 7.070 |
| ELETROBRAS - 2937/2011 (EMERGENCIAL) | 3.637 | 3.637 | 3.637 |
| HSBC DI-A | - | - | - |
| HSBC DI-B | - | - | - |
| ITAU DI-A | - | - | - |
| UNIBANCO DI - C | - | - | - |
| Total | 1.361.615 | 1.383.313 | 1.405.014 |
| Sensibilização Indicadores | - | 25% | 50% |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

| | | | |
|-----------------|--------|--------|--------|
| Custo da Dívida | 11,31% | 12,49% | 13,69% |
|-----------------|--------|--------|--------|

(b) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para refletir possíveis riscos de realização das contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. A Companhia considera isso suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Abaixo segue um demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

| | Vencidos | Vencidos | Vencidos há | Total | | |
|--|----------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|--|
| | | até 90 dias | mais de 90 dias | 31/12/2012 | 31/12/2011 | |
| Circulante | | | | | | |
| Classe de consumidores | | | | | | |
| Residencial | 106.866 | 89.066 | 45.920 | 241.852 | 203.709 | |
| Industrial | 37.189 | 5.837 | 13.302 | 56.328 | 51.683 | |
| Comercial | 44.613 | 19.042 | 22.825 | 86.480 | 79.879 | |
| Rural | 9.298 | 1.801 | 2.498 | 13.597 | 20.311 | |
| Poder público Iluminação Pública | 39.550 | 22.117 | 31.987 | 93.654 | 134.050 | |
| Serviço público | 5.112 | 181 | 506 | 5.799 | 9.915 | |
| Revenda | 4.966 | — | — | 4.966 | 4.339 | |
| Subtotal | 247.594 | 138.044 | 117.038 | 502.676 | 503.886 | |
| Receita não faturada (e) | 174.670 | — | — | 174.670 | 130.173 | |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE | — | — | 10.354 | 10.354 | 7.549 | |
| Outros créditos | 250 | — | — | 250 | 403 | |
| Subtotal | 422.514 | 138.044 | 127.392 | 687.950 | 642.011 | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b) | — | — | — | (107.213) | (110.201) | |
| Total circulante | 422.514 | 138.044 | 127.392 | 580.737 | 531.810 | |
| Não circulante | | | | | | |
| Parcelamento de débitos (d) | 77.701 | — | — | 77.701 | 74.097 | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b) | — | — | — | (49.538) | (53.230) | |
| Total não circulante | 77.701 | — | — | 28.163 | 20.867 | |

(c) Risco de crédito de contrapartes – Derivados e Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras incorrem no risco dos emissores de títulos e valores mobiliários que integram a carteira de investimentos não cumprem com suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com a Companhia. Esse risco tenderá a ser maior em virtude de aplicações de recursos em títulos de dívida privada. Alterações na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira de investimentos e acarretar perda de patrimônio líquido em caso de inadimplemento, liquidação, falência, intervenção, entre outros. Para reduzir este tipo de risco a Companhia faz criteriosa análise dos emissores de dívida e possui aplicações somente em títulos privados de bancos de primeira linha e títulos públicos do Brasil. As aplicações financeiras são feitas em títulos de renda fixa classificados como baixo risco de crédito e com liquidez imediata.

| Contraparte | AMPLA (R\$ mil) |
|-----------------------------|-----------------|
| Banco do Brasil | 185,3 |
| Caixa Econômica Federal | 49,3 |
| Itaú Unibanco S.A. | 2.954,38 |
| Santander do Brasil S.A | 92,41 |
| Safra | 24 |
| Pactual | 15,8 |
| HSBC | 28,24 |
| Votorantim | 208,21 |
| Banco do Nordeste do Brasil | - |
| Títulos Públicos | 1.753,88 |
| Bradesco | 198,42 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

| | |
|-------|----------|
| Total | 5.509,94 |
|-------|----------|

A fim de mitigar o risco de crédito da contraparte a Companhia, após criteriosa análise, elege os bancos que podem vir a ter derivativo contratado. A Companhia possui derivativos de fluxo de caixa com objetivo de se proteger do risco de elevação da taxa de juros de parte da dívida que está indexada ao CDI.

(d) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

(e) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (**covenants** financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações.

Os riscos apontados acima estão diretamente relacionados aos riscos relacionados a fatores macroeconômicos, quais sejam:

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Condições políticas e econômicas adversas podem acarretar um efeito adverso para a Companhia.

O Governo Federal intervém frequentemente na economia brasileira e, ocasionalmente, impõe mudanças drásticas na política monetária, de crédito, fiscal, dentre outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e implementar outras políticas já incluíram, dentre outras medidas, controle sobre preços e salários, desvalorização da moeda, controle de remessa de capital, limites nas importações e o congelamento de contas correntes.

A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados por tais intervenções, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- aumentos na taxa de inflação;
- políticas cambiais;
- crescimento econômico nacional;
- instabilidade social;
- diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- políticas monetárias;
- taxas de juros;
- controles sobre importação e exportação;
- políticas fiscais e alterações na legislação tributária;
- alterações nas normas trabalhistas; e
- outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Medidas do Governo para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais doméstico, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia.

A crise financeira e de crédito mundial poderá afetar de maneira adversa o crescimento econômico do Brasil, limitar o acesso da Emissora aos mercados financeiros e de capitais e, consequentemente, prejudicar seus negócios e condição financeira.

A crise financeira e de crédito global e a consequente instabilidade no sistema financeiro mundial têm afetado, e poderão continuar a afetar, negativamente o crescimento econômico do Brasil. A atual crise financeira reduziu a liquidez e a disponibilidade de crédito para o financiamento da continuidade e da expansão dos negócios em todo o mundo. A escassez de liquidez e crédito, combinada com recentes e substanciais perdas nos mercados de ações em todo o mundo, inclusive no Brasil, poderá causar uma prolongada recessão mundial ou, até mesmo, uma depressão.

A Emissora poderá enfrentar problemas significativos de liquidez, caso a situação dos mercados financeiros não melhore. Sua capacidade de acesso aos mercados de capitais ou financeiro poderá sofrer restrições em um momento no qual deseje, ou precise, acessar tais mercados, o que poderá prejudicar sua capacidade de reação face a condições econômicas e comerciais adversas, bem como poderia dificultar ou impedir a realização de projetos considerados relevantes pela Companhia. Além disso, a crise financeira e de crédito poderá afetar os atuais clientes da Emissora ou a capacidade de seus fornecedores cumprirem pontualmente com entregas pactuadas, fazendo com que os mesmos venham a inadimplir suas obrigações junto à Emissora. Um agravamento da crise financeira e de crédito poderá prejudicar a demanda pelos serviços da Emissora e sua capacidade de financiar seu crescimento futuro e refinanciar dívidas pré-existentes, o que, consequentemente, poderia afetar adversamente os resultados operacionais e/ou a condição financeira da Emissora.

A instabilidade política pode prejudicar os resultados operacionais da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado, as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores.

Nos últimos anos, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas antiéticas ou ilegais. Essas acusações, atualmente investigadas pelo Congresso Nacional, incluem financiamento de campanhas e violações nas práticas eleitorais, influência de autoridades do Governo Federal em troca de apoio político e outras supostas acusações de corrupção. No período de 2007 a 2008, diversos membros do partido do atual presidente do Brasil e do Governo Federal, incluindo o presidente do partido do presidente do País, renunciaram. Não podemos prever quais serão os efeitos dessas acusações e investigações nas condições políticas e econômicas brasileiras.

A instabilidade da taxa de câmbio pode prejudicar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Nas últimas 4 décadas, a moeda brasileira tem se valorizado e desvalorizado periodicamente. Ao longo desse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e uma série de políticas cambiais, inclusive controles de câmbio, desvalorizações súbitas, mini desvalorizações (durante as quais a frequência dos ajustes oscilou entre diária e mensal) e sistemas de câmbio flutuante.

Nos últimos anos, houve uma volatilidade significativa do Real em relação ao Dólar e outras moedas. Desde 1999, as taxas de câmbio tem sido definidas pelo mercado. A taxa de câmbio entre o Real e o Dólar tem variado significativamente nos últimos anos. A taxa de câmbio Real/Dólar, por exemplo, aumentou de R\$1,9554 por Dólar em 31 de dezembro de 2000 para R\$3,5333 em 31 de dezembro de 2002. O Real valorizou-se frente ao Dólar cerca de 8,1% em 2004, 11,8% em 2005, 8,7% em 2006 e 17,1% em 2007. Em 2008, em primeiro lugar como resultado da crise financeira internacional, o Real se depreciou em cerca de 31,9% em relação ao Dólar, induzindo os investidores estrangeiros a remover bilhões de reais da BM&FBOVESPA. Em 31 de dezembro de 2010, a taxa de câmbio Real/Dólar era de R\$1,6662 por Dólar. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa de câmbio Real/Dólar era de R\$1,8758 por Dólar. E em 31 de dezembro de 2012, a taxa de câmbio Real/Dólar R\$ 2,0435 por Dólar. A Companhia não pode garantir que o Real não sofrerá uma desvalorização ou valorização frente ao Dólar no futuro.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía endividamento em moeda estrangeira e nem empréstimos com partes relacionadas. Entretanto, a desvalorização do Real frente ao Dólar aumenta os custos de compra de energia elétrica, tendo em vista que parte do suprimento de energia é proveniente da Usina de Itaipu, cuja tarifa é denominada em Dólar norte-americano. Para fins dos reajustes tarifários anuais da Emissora, as oscilações da tarifa de Itaipu decorrente da flutuação cambial são capturadas no mecanismo da CVA. Elevações abruptas da taxa de câmbio podem elevar as necessidades de capital de giro da emissora, comprometendo o seu fluxo de caixa, em período que antecede o reajuste tarifário anual, quando este valor será repassado à tarifa de energia elétrica. Adicionalmente, a desvalorização do Real frente ao Dólar também pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, dificultar o acesso aos mercados financeiros e de capitais internacionais e pode resultar na imediata intervenção do Governo Federal, incluindo políticas governamentais restritivas. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode resultar na deterioração das reservas do Brasil e de sua balança de pagamentos, bem como afetar as exportações. Qualquer uma dessas circunstâncias poderá afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como a capacidade de pagamento da Companhia com relação às suas dívidas.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela política monetária do Governo Federal e/ou pelo aumento nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento total em aberto da Companhia era de R\$1.356 milhões, sendo 100% denominados em Reais dos quais 75% eram taxas de juros indexadas, principalmente, ao CDI (51%), à TJLP (16%) e ao IPCA (25%).

Adicionalmente, em 2012, a Companhia realizou 2 operações com derivativos nos valores de R\$117 e R\$ 100 milhões, consistentes em swaps de obrigações denominadas em Real indexadas ao CDI e responsáveis por 17% do endividamento total da Companhia.

Abaixo se encontra a tabela dos vencimentos das operações de derivativos da Emissora:

| Vencimentos | Valores R\$ milhões |
|---------------------|---------------------|
| 15 de junho de 2016 | 58,5 |
| 16 de junho de 2017 | 50 |

Caso o Governo Federal aumente as taxas de juros ou adote outras medidas com relação à política monetária que resultem em um aumento significativo das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia poderão aumentar significativamente, afetando adversamente a liquidez, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem afetar adversamente a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários brasileiro, bem como a condução dos negócios da Companhia.

Ao longo de sua história, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas do Governo Federal para combatê-la tiveram um impacto significativamente negativo sobre a economia brasileira. No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Medidas futuras tomadas pelo Governo Federal, inclusive intervenção no mercado de câmbio e atos para ajustar ou fixar o valor do Real poderão causar aumento da inflação e produzir efeitos prejudiciais relevantes nos negócios da Companhia, incluindo um aumento nos custos de financiamento.

Caso não haja o repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para o preço das tarifas cobradas pela Companhia a seus clientes em valores suficientes e prazo hábil para cobrir os crescentes custos operacionais da Companhia, tal aumento de custos poderá afetar adversamente a Companhia. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais, que poderão ter um efeito adverso na Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é influenciado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus variados, pelas condições de mercado em outros países da América Latina e de outras economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos de um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações.

No passado recente, eventos políticos, econômicos e sociais em países de economia emergente, incluindo os da América Latina, afetaram adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado externo, resultando em saída significativa de recursos do País e na diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País.

Caso ocorram eventos políticos, econômicos e sociais em outros países de economia emergente que afetem relativamente o País, pelas razões indicadas acima, isso poderá ter um efeito adverso na Companhia.

Alterações nas leis tributárias brasileiras podem ter um impacto adverso nos resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias brasileiras. Estas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal. Essas medidas podem aumentar as obrigações fiscais da Companhia, o que, por sua vez, afetaria adversamente seus resultados operacionais.

Caso não haja o repasse desses tributos adicionais aos consumidores da Companhia em valores suficientes e prazo hábil, os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira podem ser adversamente afetados.

O Confisco temporário ou expropriação permanente dos ativos da Emissora pode afetar adversamente sua condição financeira e resultados operacionais.

A União pode retomar o serviço de distribuição de energia elétrica da Emissora em casos de razão de interesse público, mediante lei específica que autorize tal retomada e pagamento de prévia indenização. Tais razões incluem desastre natural, guerra, perturbações públicas significativas, ameaças contra a paz interna ou por razões econômicas e por outras razões relacionadas à segurança nacional. Referida situação ocasionaria efeitos adversos significativos na condição financeira e nos resultados operacionais da Emissora e não se pode garantir que a eventual compensação seja adequada ou que tal pagamento seja realizado em tempo.

A perda da Concessão pela Companhia afetaria significativamente sua capacidade de continuar suas operações, o que, consequentemente, ocasionaria um efeito adverso relevante em seu resultado operacional e/ou em sua condição financeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados financeiros

a) Riscos para os quais se busca proteção

O risco relativo a taxa de juros e os instrumentos utilizados para mitigar esses riscos estão descritos no item 5.1, letra (a) acima.

b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge).

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).

A Companhia contrata instrumentos de proteção, incluindo aplicações financeiras e operações de derivativos como swaps. Não é permitida alavancagem em operações de derivativos e tais operações são contratadas com o exclusivo fim de proteção de riscos de taxas de juros.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a Companhia utiliza-se de cálculos de VaR – Value at Risk, Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos para avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos.

e) Operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

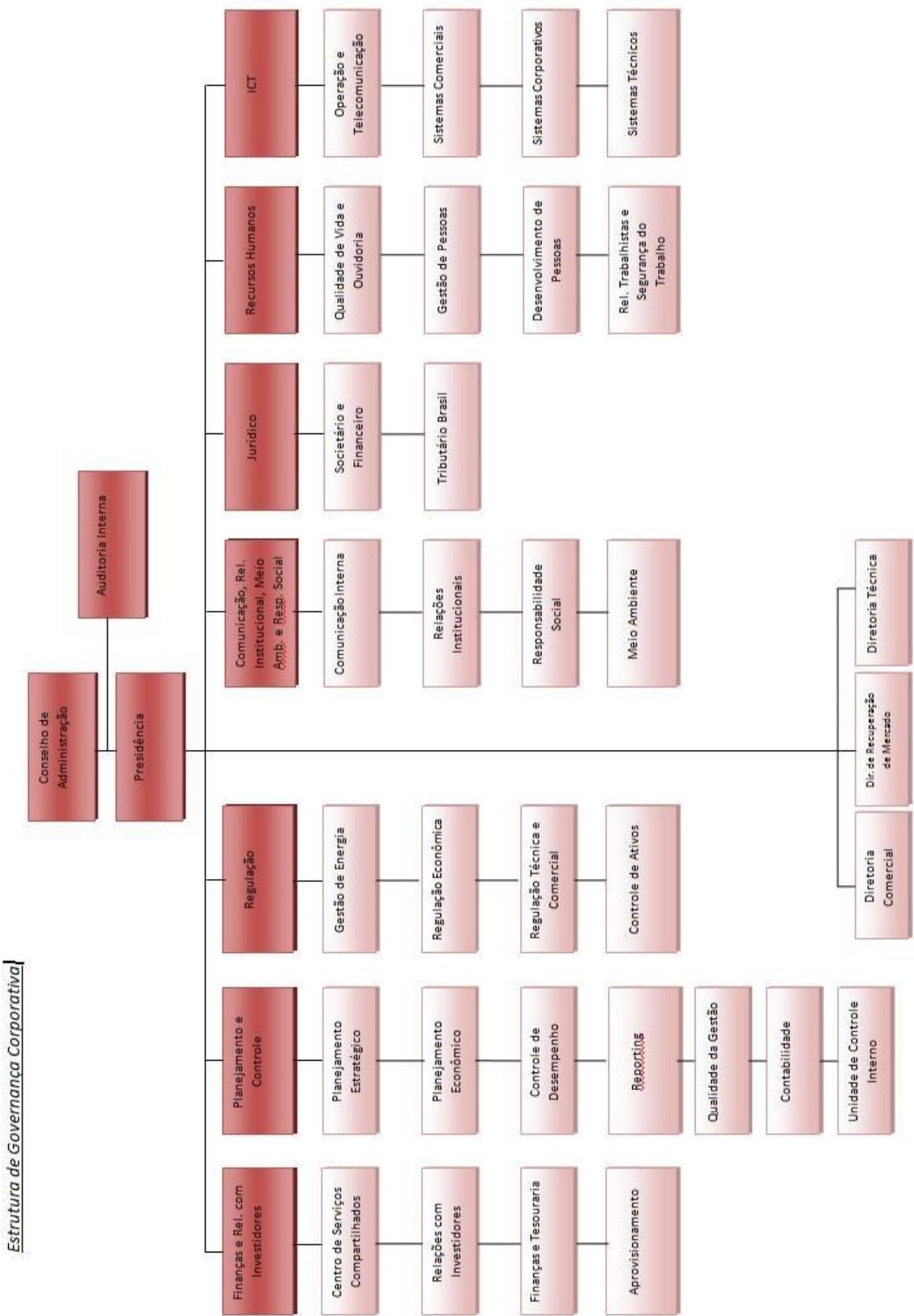
A Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.

A Companhia, por fazer de um grupo multinacional de capital aberto, atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley tendo políticas internas que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos e atendimento às boas práticas de Governança Corporativa.

A Ampla adota práticas de Governança Corporativa que asseguram a manutenção de uma estrutura organizacional com órgãos específicos envolvidos no gerenciamento dos riscos. Entre eles, destacam-se a Auditoria interna e a Unidade de Controle Interno - UCI.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Controle de Gerenciamento de Riscos

Segue abaixo a classificação dos riscos a que a Companhia está exposta, os principais riscos identificados, o tratamento/ métodos de controle desses riscos e as áreas responsáveis.

| Classificação dos Riscos | Principais Riscos Identificados | Tratamento e Controle dos Riscos | Responsável / Padrões de trabalho |
|--------------------------|--|--|--|
| Negócio | Descasamento entre energia contratada e energia demandada. | Monitoramento mensal da projeção da demanda incorporando variáveis macroeconômicas e setoriais que afetam a evolução do consumo de energia, além da definição da quantidade ótima para contratação, considerando a sazonalidade do mercado energético | Diretoria de Regulação / Legislação do setor elétrico emitidas pela Aneel. |
| | Risco Legal: Perdas decorrentes de (i) multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, (ii) decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. | Monitoramento nos juizados, ações relacionadas à empresa e atuações/multas recebidas. | Diretoria Jurídica / Tributária |
| | Risco regulatório: associado à mudança abrupta ou inesperada no marco legal/legislação do setor | Monitoramento mensal da projeção da demanda incorporando variáveis macroeconômicas e setoriais que afetam a evolução do consumo de energia, além da definição da quantidade ótima para contratação, considerando a sazonalidade do mercado energético | Diretoria de Regulação / Legislação do Setor |
| Operacionais | Riscos Ambientais: descumprimento de legislação ambiental ou acidentes envolvendo danos ao meio ambiente. | O SGA (Sistema de Gestão Ambiental) promove o controle das atividades e orienta tecnicamente a execução dos processos operacionais de distribuição de energia que seguem os requisitos das certificações ISO14001 e normas técnicas em vigor. | Meio Ambiente, Responsabilidade Social/ Legislação ambiental; ISO 14001. |
| | Riscos Sociais, impacto na sociedade com a falta de fornecimento de energia por interrupção programada e não programada | Procedimentos do Sistema Integrado de Gestão, além de projetos e práticas que minimizam os impactos relativos aos aspectos de interrupção programada e não programada do fornecimento, variação no nível de tensão da energia, prejuízos financeiros em atividades econômicas, ruptura de cabos elétricos, uso inseguro da energia elétrica, entre outros. | Área Técnica / Procedimentos POP, PCO, PEX, PST |
| | Risco de Segurança no Trabalho, incluindo os colaboradores das parcerias estratégicas, empresas fornecedoras de serviço. | O sistema de segurança e saúde ocupacional está certificado pela norma OHSAS18001 e visa, sobretudo, mitigar os riscos de acidentes e doenças ocupacionais, trabalho realizado também junto nas empresas parceiras fornecedores de serviços. | Área de Informações Gerenciais de RH / Legislação Trabalhista / Norma Regulamentar NR-10; OHSAS 18001; POP; PEX; Procedimentos de Distribuição AGP (em cooperação com os fornecedores de serviço)/Inpar. |
| | Riscos associados ao não cumprimento de contratos. | Manutenção de garantia financeira associada a cada um de seus principais contratos com fornecedores de serviços de empresas parceiras | Diretoria Financeira / Suprimentos / Diretoria de Recursos Humanos/ Contratos e Legislação Trabalhista. |
| | Riscos de fraudes e erros nas informações financeiras | Revisão trimestral da auditoria externa independente e anual da auditoria interna, além do acompanhamento contínuo da UCI. | Diretoria de Planejamento e Controle, Relações com Investidores, UCI, AI e AE / Lei SOX e Resolução N262. |
| | Patrimoniais: Riscos associados a erros, omissões, incêndio, explosão, raio, enchente, imperícia, imprudência e acidentes | Política de contratação de seguros em nível corporativo para resarcimento de danos legais, materiais e de responsabilidade civil associados à operação | Diretoria Financeira e Relações com Investidores / Norma Corporativa de Seguros. |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados

| | | | |
|---|--|---|--|
| Mercado | Taxa de Câmbio sobre passivos financeiros. | Operações de hedge/ swap, para proteger resultados e o caixa de flutuações da taxa de câmbio | Diretoria Financeira e Relações com Investidores / Norma Corporativa de Gestão de Risco-N. 039 |
| | Taxa de Juros | Pulverização de taxas contratadas em suas operações de financiamento. | |
| | Compliance | Existência de cláusulas restritivas nos contratos de empréstimos e financiamentos com- covenants financeiros – atendimento mínimo de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros | |
| | Risco de Liquidez: não dispor de fundos suficientes para honrar compromissos. | Análise das projeções do fluxo de caixa e acompanhamentos diário e mensal do fluxo de caixa realizado pela área de Finanças e Relações com Investidores | |
| | Risco de Renda Variável | Risco de variação dos preços das ações ou outros índices de renda variável | |
| | Risco de Commodity | Risco de variação nos preços das matérias primas como combustíveis ou energia | Comercial Geração |
| Crédito | Não recebimento de valores faturados aos clientes. | Adoção de procedimentos de avaliação dos clientes e da política de cobrança e corte de fornecimento para inadimplente | Diretoria Comercial/ Norma de cobrança e corte de fornecimento / Legislação da Aneel |
| Imagen | Imagen | Monitoramento, diário de notícias relacionadas à empresa | Diretoria de Comunicação, Responsabilidade Social, Institucional e Meio Ambiente, Diretoria Técnica, Comitê de Crise |
| Recursos Humanos | Ineficiência em gerir seus recursos humanos de forma alinhada aos objetivos estratégicos definidos. | Gestão do Rendimento, Gestão do Potencial, Plano de Desenvolvimento Individual, dentre outros. | Diretoria de Recursos Humanos |
| Tecnologia da Informação e Telecomunicações | Obsolescência, indisponibilidade ou ineficiência sistemas informatizados, equipamentos de tecnologia e/ou de telecomunicações. | Manutenção preventiva e troca dos equipamentos mais antigos. Atualizações da plataforma de trabalho. | Área de ICT |

Figura – Classificação e Tratamento dos Riscos

Legendas

UCI – Unidade de Controle Interno
AI – Auditoria Interna
AE – Auditoria Externa
PEX – Procedimento de Execução
PST – Procedimento de Segurança do Trabalho
POP – Procedimento Operacional
PCO – Procedimento Comercial
AGP – Área de Gestão de Parceiros
ICT – Informação, Comunicação e Tecnologia

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc**g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

Como parte do Grupo Endesa, que possui títulos negociados na bolsa de valores de Nova Iorque, a Companhia se adequou aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, criando uma área de controle interno, que tem a função principal de monitorar e garantir a eficácia dos planos de ação para gerenciar os riscos relacionados à atividade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados nos últimos três anos, conforme tabela abaixo, a Administração está confortável com o nível de endividamento da Companhia que permaneceu em patamares conversadores e até abaixo da média sugerida pela regulamentação do setor elétrico. A Companhia encerrou 2012 com uma alavancagem financeira bruta (Dívida Bruta/(Dívida Bruta+ PL) de 40% contra 55% sugerida pela regulamentação. O Índice Dívida líquida sobre EBITDA demonstra que nos últimos três anos, a Companhia apresentou, em média, nível de dívida inferior a 2 vezes sua capacidade de geração de caixa anual, valor inferior à referência de mercado.

A Companhia apresenta liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outras obrigações. Caso necessário, a diretoria está segura que a Companhia apresenta capacidade de contratar empréstimos para financiar suas atividades e/ou investimentos futuros.

Em dezembro de 2012, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's procedeu a emissão do rating corporativo da Companhia de brAA-elevando de "estável" para "positiva" a perspectiva do rating, refletindo a solidez creditícia atual e futura da Ampla Energia.

A Ampla Energia encerrou 2012 com o custo da dívida médio em 10,53% a.a., ou CDI +2,13% a.a., custo este que reflete a saudável composição do portfólio de empréstimos da Companhia, no qual 14% dos empréstimos foram captados junto a instituições de fomento.

| Indicadores de Endividamento | 2012 | 2011 | 2010 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Dívida Bruta / EBITDA | 1,54 | 1,85 | 1,99 |
| Dívida Líquida / EBITDA | 1,48 | 1,77 | 1,87 |
| EBITDA / Encargos de Dívida | 7,03 | 5,18 | 4,41 |
| Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL) | 0,40 | 0,46 | 0,44 |
| Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL) | 0,39 | 0,45 | 0,43 |
| Indicadores de Liquidez | 2012 | 2011 | 2010 |
| Liquidez Geral - (Ativo Circulante+Ativo Não Circulante)/(Passivo Circulante+Passivo Não Circulante) | 1,65 | 1,54 | 1,58 |
| Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante) | 0,80 | 0,74 | 0,76 |
| Liquidez Imediata (Caixa e Equivalentes e Aplicações Financeiras/Passivo Circulante) | 0,05 | 0,05 | 0,04 |

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. hipóteses de resgate
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido), nos últimos 3 exercícios:

| Situação Patrimonial | 2012 | 2011 | 2010 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Capital Próprio - Patrimônio Líquido | 2.052.826 | 1.635.736 | 1.583.469 |
| Capital de Terceiros - Dívida Líquida | 1.304.419 | 1.351.919 | 1.184.770 |
| Capital Total | 3.357.245 | 2.987.655 | 2.768.239 |
| % Capital Próprio | 61% | 55% | 57% |
| % Capital Terceiros (Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)) | 39% | 45% | 43% |

A companhia não possui ações resgatáveis, portanto os itens 10.b.1 e 10.b.2 não são aplicáveis.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nas operações de capital de giro e debêntures, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2012.

| Obrigações Especiais Financeiras - Covenants | Fonte Exigência | Valor Compromissado | Índice em 31/12/2010 | Índice em 31/12/2011 | Índice em 31/12/2012 |
|---|------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo) | BNDES | 3,50 | 1,89 | 1,77 | 1,38 |
| Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo) | BNDES | 0,60 | 0,43 | 0,45 | 0,38 |
| Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo) | 4ª Emissão | 2,90 | 1,50 | 1,64 | - |
| Dívida Líquida de CP / EBITDA (máximo) | 4ª Emissão | 1,50 | 0,49 | 0,61 | - |
| EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo) | 4ª Emissão | 2,30 | 6,45 | 5,38 | - |
| Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo) | 5ª e 6ª Emissões | 2,70 | 1,50 | 1,64 | 1,24 |
| EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo) | 5ª e 6ª Emissões | 2,50 | 6,47 | 5,43 | 7,61 |

A Companhia tem desenvolvido uma estratégia financeira com os objetivos principais de: (i) continuar a alongar o prazo médio de vencimento de suas dívidas, inclusive por meio do pagamento de dívidas de curto prazo com recursos de empréstimos e financiamentos de longo prazo; (ii) aumentar os níveis de liquidez de suas dívidas; e (iii) melhorar sua flexibilidade estratégica, financeira e operacional. Considerando o seu perfil de endividamento de longo prazo e a sua capacidade financeira de captação de recursos e geração de caixa, a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais exigências de caixa da Companhia compreendem: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas; e (iv) dividendos aos acionistas.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a companhia utiliza-se principalmente de: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais dos programas Baixa Renda e Luz para Todos; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com BRADESCO(R\$ 50 milhões), SANTANDER(R\$ 100 milhões) e ITAU(R\$ 75 milhões); e (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos capex através do BNDES e ELETROBRÁS.

O fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais são suficientes para as necessidades de recursos da companhia. Todavia, a Ampla busca alavancagem através de financiamentos, empréstimos bancários, financiamento com fornecedores, operações no mercado de capitais como emissões de debêntures e de notas promissórias, dentre outros instrumentos, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos para suas atividades operacionais e realização de investimentos.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para eventuais coberturas do caixa a empresa pode utilizar-se de linhas de empréstimo para capital de giro, contratadas com BRADESCO(R\$ 50 milhões), SANTANDER(R\$ 100 milhões) e ITAU(R\$ 75 milhões).

Alternativamente as linhas de créditos disponíveis no mercado financeiro, a companhia também poderá acessar o mercado de capitais através de emissões de debêntures ou de notas promissórias.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

Exercícios 2012, 2011 e 2010

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

| 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|------------|------------|------------|
| | | |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | Encargos | Principal | | Encargos | Principal | | Encargos | Principal | |
|---|--------------|----------------|----------------|--------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | | Circulante | Não circulante | | Circulante | Não circulante | | Circulante | Não circulante |
| BNDES (Finame) (a) | 7 | 2.214 | 1.884 | 12 | 2.214 | 4.098 | 17 | 2.215 | 6.313 |
| BNDES (Capex) (b) | - | - | - | 153 | 32.449 | - | 460 | 64.896 | 32.448 |
| BNDES (Capex 2011) (c) | 280 | 10.210 | 75.942 | 161 | 3.496 | 59.159 | - | - | - |
| BNDES (Capex 2011) (c) | 341 | 19.324 | 86.846 | 313 | 8.229 | 90.443 | - | - | - |
| BNDES (Capex 2011) (c) | 379 | 19.324 | 86.846 | 346 | 8.229 | 90.443 | - | - | - |
| Eletrobras (d) | 3 | 2.940 | 16.804 | 4 | 2.940 | 19.745 | 3 | 1.795 | 14.738 |
| Eletrobras (e) | 2 | 536 | 10.169 | 1 | - | 5.752 | - | - | - |
| Bradesco S.A. 3º contrato (f) | - | - | - | 41 | 5.340 | - | 66 | 5.340 | 5.340 |
| Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (f) | 795 | 20.000 | - | 3.260 | 40.000 | 20.000 | 5.174 | 40.000 | 60.000 |
| Banco Alfa S.A. (f) | - | - | - | 2.951 | 50.000 | - | 3.233 | 10.000 | 50.000 |
| União dos Bancos Brasileiros S.A. (f) | - | - | - | 94 | 5.320 | - | 172 | 5.320 | 5.320 |
| HSBC Bank Brasil S.A 1º Contrato (f) | - | - | - | 127 | 15.000 | - | 264 | 15.000 | 15.000 |
| HSBC Bank Brasil S.A 2ª Contrato (f) | - | - | - | 506 | 60.000 | - | 1.047 | 60.000 | 60.000 |
| Banco do Brasil S.A (f) | 612 | 100.000 | - | 992 | - | 100.000 | 1.016 | - | 100.000 |
| Banco Itaú S.A (f) | - | - | - | 6 | 6.675 | - | 18 | 6.674 | 6.675 |
| Total | 2.419 | 174.548 | 278.491 | 8.967 | 239.892 | 389.640 | 11.470 | 211.240 | 355.834 |

Características das operações contratadas:

| | Início | Vencimento | Tipo de Amortização | Garantias | Encargos Financeiros |
|---|------------|------------|---------------------|-------------------------------|----------------------|
| BNDES (Finame) (a) | 20/08/2009 | 15/01/2015 | Mensal | Fiança Bancária | 4,50% |
| BNDES (Capex) (b) | 03/11/2006 | 15/06/2012 | Mensal | Recebíveis e Conta Reserva | TJLP + 5,20% |
| BNDES (Capex 2011) (c) | 15/08/2011 | 15/06/2021 | Mensal | Recebíveis | 8,70% |
| BNDES (Capex 2011) (c) | 15/08/2011 | 15/06/2018 | Mensal | Recebíveis | TJLP + 3,10% |
| BNDES (Capex 2011) (c) | 15/08/2011 | 15/06/2018 | Mensal | Recebíveis | TJLP + 4,10% |
| Eletrobras (d) | 01/06/2004 | 30/05/2021 | Mensal | Recebíveis e Nota Promissória | 6,00% |
| Eletrobras (e) | 21/05/2011 | 30/09/2018 | Mensal | Recebíveis e Nota Promissória | 7,00% |
| Bradesco S.A. 3º contrato (f) | 28/12/2007 | 03/12/2012 | Semestral | - | CDI + 1,15% |
| Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (f) | 01/02/2008 | 07/01/2013 | Semestral | - | CDI + 1,05% |
| Banco Alfa S.A. (f) | 10/01/2007 | 30/07/2012 | Semestral | Nota Promissória | CDI + 0,95% |
| União dos Bancos Brasileiros S.A. (f) | 26/11/2007 | 30/10/2012 | Semestral | - | CDI + 1,15% |
| HSBC Bank Brasil S.A 1º Contrato (f) | 03/12/2007 | 03/12/2012 | Semestral | Nota Promissória | CDI + 0,95% |
| HSBC Bank Brasil S.A 2ª Contrato (f) | 03/12/2007 | 03/12/2012 | Semestral | Nota Promissória | CDI + 0,85% |
| Banco do Brasil S.A (f) | 04/12/2007 | 30/10/2013 | Bullet | Nota Promissória | CDI + 0,97% |
| Banco Itaú S.A (f) | 28/07/2007 | 28/12/2012 | Semestral | - | CDI + 1,13% |

- a) BNDES Finame: Financiamento contratado junto ao Banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais.
- b) BNDES Capex: Financiamento, no montante total previsto de R\$ 301.425, para o plano de investimento da Companhia no período de 2006/2008, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. O mesmo encontra-se liquidado.
- c) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total previsto de R\$ 331.397, para o plano de investimento da Companhia no período de 2010/2011, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 100% do valor contratado.
- d) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.
- e) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.
- f) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2012:

| Contratos | Obrigações especiais financeiras | Limite |
|-----------------|---|--------|
| BNDES | Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo) | 3,50 |
| BNDES | Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo) | 0,60 |
| Capital de giro | Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo) | 3,50 |
| Capital de giro | EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo) | 2,00 |

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

| Curva de Amortização dos Empréstimos e Financiamentos | | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|---|--|------------|------------|------------|
| 2013 | | - | 165.351 | 124.325 |
| 2014 | | 55.824 | 45.884 | 3.994 |
| 2015 | | 53.940 | 44.000 | 2.110 |
| 2016 | | 53.811 | 43.871 | 1.981 |
| 2017 | | 53.423 | 43.483 | 1.593 |
| 2018 | | 32.633 | 25.881 | 2.723 |
| Após 2018 | | 28.860 | 21.170 | - |
| Total | | 278.491 | 389.640 | 136.726 |

Variação dos indexadores da dívida acumulados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010:

| Indexador | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|-----------|------------|------------|------------|
| IPCA | 5,79% | 6,50% | 5,91% |
| IGP-M | 7,82% | 5,10% | 11,32% |
| TJLP | 5,75% | 6,00% | 6,00% |
| CDI | 8,40% | 11,64% | 9,75% |
| SELIC | 8,49% | 11,62% | 9,78% |

Debêntures

| | 31/12/2012 | | | 31/12/2011 | | | 31/12/2010 | | |
|-------------------|------------|------------|----------------|------------|------------|----------------|------------|------------|----------------|
| | Encargos | Principal | | Encargos | Principal | | Encargos | Principal | |
| | | Circulante | Não circulante | | Circulante | Não circulante | | Circulante | Não circulante |
| 4ª emissão | | | | | | | | | |
| 1ª série | - | - | - | 9.384 | 185.000 | - | 17.276 | 185.000 | 185.000 |
| 5ª emissão | | | | | | | | | |
| 1ª série | - | - | - | 576 | 115.330 | - | 617 | - | 115.330 |
| 2ª série | 459 | 53.519 | 107.038 | 530 | - | 152.100 | 544 | - | 142.873 |
| 6ª emissão | | | | | | | | | |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | | | | | |
|---------------------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| 1ª série | 328 | - | 117.000 | 590 | - | 117.000 | - | - | - |
| 2ª série | 8.290 | - | 197.913 | 7.911 | - | 187.464 | - | - | - |
| 7ª emissão | | | | | | | | | |
| 1ª série | 274 | - | 100.000 | - | - | - | - | - | - |
| 2ª série | 9.872 | - | 309.031 | - | - | - | - | - | - |
| (-) Custo de transação | - | -1.122 | -4.334 | - | - | 932 | -1.880 | - | 658 - 1.183 |
| Total sem efeito de swap | 19.223 | 52.397 | 826.648 | 18.991 | 299.398 | 454.684 | 18.437 | 184.342 | 442.020 |
| Resultado das operações de swap | - | 123 | 2.308 | - | - | - | - | - | - |
| Total de debêntures | 19.223 | 52.520 | 828.956 | 18.991 | 299.398 | 454.684 | 18.437 | 184.342 | 442.020 |

Características das emissões:

| Série | 4ª emissão série única |
|------------------------|---|
| Conversibilidade | Debêntures simples, não conversíveis em ações |
| Espécie | Quirografária |
| Tipo e forma | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados |
| Quantidade de títulos | 37.000 debêntures simples |
| Valor nominal | R\$ 10 |
| Data de emissão | 01 de agosto de 2006 |
| Vencimento inicial | 01 de agosto de 2011 |
| Vencimento final | 01 de agosto de 2012 |
| Atualização monetária | Sem atualização |
| Repactuação | Não haverá |
| Remuneração | CDI + 0,85% a.a. |
| Exibilidade de juros | Semestral |
| Amortização programada | Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures |
| Data de amortização | 2011 e 2012 |

| Série | 5ª emissão 1ª série | 5ª emissão 2ª série |
|-----------------------|--|--|
| Conversibilidade | Debêntures simples, não conversíveis em ações | Debêntures simples, não conversíveis em ações |
| Espécie | Quirografária | Quirografária |
| Tipo e forma | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados |
| Quantidade de títulos | 11.533 debêntures simples | 13.467 debêntures simples |
| Valor nominal | R\$ 10 | R\$ 10 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|------------------------|-------------------------------------|-------------------------|
| Data de emissão | 15 de dezembro de 2009 | 15 de dezembro de 2009 |
| Vencimento inicial | 15 de dezembro de 2012 | 15 de dezembro de 2013 |
| Vencimento final | 15 de dezembro de 2012 | 15 de dezembro de 2015 |
| Atualização monetária | Sem atualização | IPCA |
| Repactuação | Não haverá | Não haverá |
| Remuneração | CDI + 1,10% a.a. | IPCA + 8,30% a.a. |
| Exibilidade de juros | Semestral | Anual |
| Amortização programada | Parcela única na data do vencimento | Em três parcelas anuais |
| Data de amortização | 2012 | 2013, 2014 e 2015 |

| Série | 6ª emissão 1ª série | 6ª emissão 2ª série |
|------------------------|--|--|
| Conversibilidade | Debêntures simples, não conversíveis em ações | Debêntures simples, não conversíveis em ações |
| Espécie | Quirografária | Quirografária |
| Tipo e forma | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados |
| Quantidade de títulos | 11.700 debêntures simples | 18.300 debêntures simples |
| Valor nominal | R\$ 10 | R\$ 10 |
| Data de emissão | 15 de junho de 2011 | 15 de junho de 2011 |
| Vencimento inicial | 15 de junho de 2015 | 15 de junho de 2016 |
| Vencimento final | 15 de junho de 2016 | 15 de junho de 2018 |
| Atualização monetária | Sem atualização | IPCA |
| Repactuação | Não haverá | Não haverá |
| Remuneração | CDI + 1,20% a.a. | IPCA + 7,90% a.a. |
| Exibilidade de juros | Semestral | Anual |
| Amortização programada | Em duas parcelas anuais | Em três parcelas anuais |
| Data de amortização | 2015 e 2016 | 2016, 2017 e 2018 |

| Série | 7ª emissão 1ª série | 7ª emissão 2ª série |
|-----------------------|--|--|
| Conversibilidade | Debêntures simples, não conversíveis em ações | Debêntures simples, não conversíveis em ações |
| Espécie | Quirografária | Quirografária |
| Tipo e forma | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados | Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados |
| Quantidade de títulos | 10.000 debêntures simples | 30.000 debêntures simples |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Valor nominal | R\$ 10 | R\$ 10 |
| Data de emissão | 15 de junho de 2012 | 15 de junho de 2012 |
| Vencimento inicial | 15 de junho de 2016 | 15 de junho de 2017 |
| Vencimento final | 15 de junho de 2017 | 15 de junho de 2019 |
| Atualização monetária | Sem atualização | IPCA |
| Repactuação | Não haverá | Não haverá |
| Remuneração | CDI + 1,02% a.a. | IPCA + 6,00% a.a. |
| Exibilidade de juros | Semestral | Anual |
| Amortização programada | Em duas parcelas anuais | Em três parcelas anuais |
| Data de amortização | 2016 e 2017 | 2017, 2018 e 2019 |

4ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Companhia, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 1º de agosto de 2012 essa operação foi liquidada.

5ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

6ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

7ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas, assim como reforçar o capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras, quais sejam:

| Emissão | Obrigações especiais financeiras | Limite |
|------------|---|--------|
| 4ª emissão | Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo) | 2,90 |
| 4ª emissão | Dívida líquida de CP/EBITDA (máximo) | 1,50 |
| 4ª emissão | EBITDA/Despesas Financeiras líquidas (mínimo) | 2,30 |
| 5ª emissão | Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo) | 2,70 |
| 5ª emissão | EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo) | 2,50 |
| 6ª emissão | Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo) | 2,70 |
| 6ª emissão | EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo) | 2,50 |
| 7ª emissão | Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo) | 2,70 |
| 7ª emissão | EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo) | 2,50 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante sem os efeitos do swap:

| Curva de Amortizações | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Após 2017 | Total |
|--------------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 5ª emissão | | | | | | |
| 2ª série | 53.519 | 53.519 | - | - | - | 107.038 |
| 6ª emissão | | | | | | |
| 1ª série | - | 58.500 | 58.500 | - | - | 117.000 |
| 2ª série | - | - | 65.971 | 65.971 | 65.971 | 197.913 |
| 7ª emissão | | | | | | |
| 1ª série | - | - | 50.000 | 50.000 | - | 100.000 |
| 2ª série | - | - | - | 103.010 | 206.021 | 309.031 |
| (-) Custo de transação | -1.085 | -1.042 | -835 | -669 | -703 | -4.334 |
| Total a amortizar | 52.434 | 110.977 | 173.636 | 218.312 | 271.289 | 826.648 |

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo com BNDES. Além disso, a Companhia ainda dispõe de limites previamente aprovados para realização de novas operações de financiamento de longo prazo para realização de seus investimentos com BNDES. A Companhia não possui outras relações de longo prazo formais com instituições financeiras, além das descritas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há condição de subordinação entre as dívidas contraídas pela Companhia. Contudo, em eventual concurso universal de credores a Companhia seguirá a Legislação vigente e aplicável que versa sobre esta matéria.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de covenants financeiros, tais como Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA ≤ 2,5; EBITDA ÷ Despesa Financeira Líquida ≥ 2,75 – nas escrituras de emissão de debêntures; e Endividamento Financeiro Líquido ÷ LAJIDA <= 3,5, referentes aos Contratos de Repasse BNDES. A distribuição de dividendos, alienação de ativos e controle acionário, são realizados em observância dos contratos com o BNDES/Repasso e disposições aplicáveis aos contratos do BNDES, Eletrobrás e condições gerais dos contratos de financiamento com a Eletrobrás.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (*covenants* financeiros) mencionados acima, nem mesmo está em risco de descumpri-los.

Além disso, os contratos relativos à maior parte das dívidas de longo prazo da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration default*), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a aceleração do vencimento de outros contratos.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

| Instituição Financiadora | Linha Crédito | Nº Contrato | Valor Total Financiamento | Valor já Recebido | Saldo Disponível | Prazo de Utilização |
|--------------------------|---------------|---------------|---------------------------|-------------------|------------------|---------------------|
| Eletrobrás | Emergencial | ECF-2930/2010 | R\$ 9.651.434,33 | R\$ 2.895.430,30 | R\$ 6.756.004,03 | set/13 |
| Eletrobrás | Emergencial | ECF-2937/2010 | R\$ 9.523.430,00 | R\$ 2.857.029,00 | R\$ 6.666.401,00 | set/13 |

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

| Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal | Exercício social findo em 31/12/2012 | | Exercício social findo em 31/12/2011 | | Exercício social findo em 31/12/2010 | | Var. % 2012 x 2011 | Var. % 2011 x 2010 |
|---|---|--------|---|--------|---|--------|-----------------------|-----------------------|
| | R\$ Mil | % | R\$ Mil | % | R\$ Mil | % | | |
| Receita Operacional | 5.465.278 | 100,0% | 4.951.053 | 100,0% | 4.733.560 | 100,0% | 10,4% | 4,6% |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | | | | |
|---|--------------------|---------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|----------------|--------------|
| Fornecimento de energia | 4.616.520 | 84,5% | 4.067.982 | 82,2% | 3.871.118 | 81,8% | 13,5% | 5,1% |
| Baixa renda | 71.348 | 1,3% | 77.825 | 1,6% | 126.205 | 2,7% | -8,3% | -38,3% |
| Suprimento de energia elétrica | 59.608 | 1,1% | 49.554 | 1,0% | 81.543 | 1,7% | 20,3% | -39,2% |
| Receita pela disponibilidade da rede elétrica | 252.127 | 4,6% | 235.997 | 4,8% | 198.187 | 4,2% | 6,8% | 19,1% |
| Receita Operacional de construção (IFRIC - 12)* | 403.646 | 7,4% | 448.631 | 9,1% | 395.864 | 8,4% | -10,0% | 13,3% |
| Outras Receitas | 62.029 | 1,1% | 71.064 | 1,4% | 60.643 | 1,3% | -12,7% | 17,2% |
| | | | | | | | | |
| Deduções da Receita | (1.774.289) | -32,5% | (1.638.682) | -33,1% | (1.578.785) | -33,4% | 8,3% | 3,8% |
| ICMS | (1.178.219) | -21,6% | (1.082.223) | -21,9% | (1.015.296) | -21,4% | 8,9% | 6,6% |
| PIS | (51.811) | -0,9% | (40.395) | -0,8% | (48.161) | -1,0% | 28,3% | -16,1% |
| COFINS | (238.645) | -4,4% | (185.250) | -3,7% | (221.832) | -4,7% | 28,8% | -16,5% |
| ISS | (2.245) | 0,0% | (2.136) | 0,0% | (3.300) | -0,1% | 5,1% | -35,3% |
| Quota reserva global de reversão – RGR | (67.046) | -1,2% | (68.543) | -1,4% | (53.196) | -1,1% | -2,2% | 28,8% |
| Subvenções CCC e CDE | (194.265) | -3,6% | (227.692) | -4,6% | (202.659) | -4,3% | -14,7% | 12,4% |
| Programa de eficiência energética e P&D | (32.422) | -0,6% | (24.194) | -0,5% | (26.295) | -0,6% | 34,0% | -8,0% |
| Encargo de capacidade/Aquisição emergencial/Outros | (9.636) | -0,2% | (8.249) | -0,2% | (8.046) | -0,2% | 16,8% | 2,5% |
| | | | | | | | | |
| Receita Operacional Líquida | 3.690.989 | 67,5% | 3.312.371 | 66,9% | 3.154.775 | 66,6% | 11,4% | 5,0% |
| | | | | | | | | |
| Custo do Serviço / Despesa Operacional | (2.984.581) | -54,6% | (2.732.126) | -55,2% | (2.693.049) | -56,9% | 9,2% | 1,5% |
| Custos e despesas não gerenciáveis | (1.881.371) | -34,4% | (1.588.830) | -32,1% | (1.522.428) | -32,2% | 18,4% | 4,4% |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | (1.434.233) | -26,2% | (1.179.081) | -23,8% | (1.235.155) | -26,1% | 21,6% | -4,5% |
| Taxa de Fiscalização da ANEEL | (8.341) | -0,2% | (7.392) | -0,1% | (7.015) | -0,1% | 12,8% | 5,4% |
| Encargo do Uso/de Serviço do Sistema | (438.797) | -8,0% | (402.357) | -8,1% | (280.258) | -5,9% | 9,1% | 43,6% |
| Custos e despesas gerenciáveis | (1.103.210) | -20,2% | (1.143.296) | -23,1% | (1.170.621) | -24,7% | -3,5% | -2,3% |
| Pessoal | (151.747) | -2,8% | (143.245) | -2,9% | (136.192) | -2,9% | 5,9% | 5,2% |
| Material e Serviços de Terceiros | (265.911) | -4,9% | (260.077) | -5,3% | (265.226) | -5,6% | 2,2% | -1,9% |
| Custo de desativação de bens | (57.795) | -1,1% | (8.774) | -0,2% | (11.343) | -0,2% | N/A | -22,6% |
| Depreciação e Amortização | (176.630) | -3,2% | (182.232) | -3,7% | (164.382) | -3,5% | -3,1% | 10,9% |
| Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa | (77.253) | -1,4% | (41.136) | -0,8% | (159.495) | -3,4% | 87,8% | -74,2% |
| Provisões para Contingências | 74.387 | 1,4% | (22.087) | -0,4% | (6.763) | -0,1% | -436,8% | 226,6% |
| Custo Operacional de construção (IFRIC-12)* | (403.646) | -7,4% | (448.631) | -9,1% | (395.864) | -8,4% | -10,0% | 13,3% |
| Outras Despesas Operacionais | (44.615) | -0,8% | (37.114) | -0,7% | (31.356) | -0,7% | 20,2% | 18,4% |
| | | | | | | | | |
| EBITDA | 883.038 | 16,2% | 762.477 | 15,4% | 626.108 | 13,2% | 15,8% | 21,8% |
| | | | | | | | | |
| Resultado do Serviço | 706.408 | 12,9% | 580.245 | 11,7% | 461.726 | 9,8% | 21,7% | 25,7% |
| | | | | | | | | |
| Resultado Financeiro | 58.488 | 1,1% | (220.936) | -4,5% | (133.811) | -2,8% | -126,5% | 65,1% |
| Receita Financeira | 384.385 | 7,0% | 88.491 | 1,8% | 145.201 | 3,1% | N/A | -39,1% |
| Renda de Aplicações Financeiras | 11.579 | 0,2% | 9.407 | 0,2% | 22.540 | 0,5% | 23,1% | -58,3% |
| Multas e acréscimos moratórios | 54.638 | 1,0% | 46.756 | 0,9% | 55.003 | 1,2% | 16,9% | -15,0% |
| Receita ativo indenizável | 307.410 | 5,6% | 15.118 | 0,3% | 27.798 | 0,6% | N/A | -45,6% |
| Outras receitas financeiras | 10.758 | 0,2% | 17.210 | 0,3% | 39.860 | 0,8% | -37,5% | -56,8% |
| | | | | | | | | |
| Despesa Financeira | (325.897) | -6,0% | (309.427) | -6,2% | (279.012) | -5,9% | 5,3% | 10,9% |
| Encargo de Dívidas | (125.675) | -2,3% | (147.123) | -3,0% | (133.277) | -2,8% | -14,6% | 10,4% |
| Atualização financeira de provisão para contingências | (47.032) | -0,9% | (55.683) | -1,1% | (51.300) | -1,1% | -15,5% | 8,5% |
| Encargo de fundo de pensão | (49.984) | -0,9% | (25.383) | -0,5% | (14.307) | -0,3% | 96,9% | 77,4% |
| Multas e acréscimos moratórios | (12.774) | -0,2% | (8.649) | -0,2% | (9.651) | -0,2% | 47,7% | -10,4% |
| Variações monetárias | (28.327) | -0,5% | (14.461) | -0,3% | (11.818) | -0,2% | 95,9% | 22,4% |
| Indenizações DIC/FIC | (20.259) | -0,4% | (24.471) | -0,5% | (24.572) | -0,5% | -17,2% | -0,4% |
| IOF | (3.135) | -0,1% | (5.899) | -0,1% | (3.050) | -0,1% | -46,9% | 93,4% |
| Outras despesas financeiras | (38.711) | -0,7% | (27.758) | -0,6% | (31.037) | -0,7% | 39,5% | -10,6% |
| | | | | | | | | |
| Lucro Antes dos Tributos e Participações | 764.896 | 14,0% | 359.309 | 7,3% | 327.915 | 6,9% | 112,9% | 9,6% |
| | | | | | | | | |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-------|-----------|-------|-----------|-------|--------|-------|
| Tributos (IR e CSLL) | (271.520) | -5,0% | (148.957) | -3,0% | (111.823) | -2,4% | 82,3% | 33,2% |
| Lucro Líquido do Período | 493.376 | 9,0% | 210.352 | 4,2% | 216.092 | 4,6% | 134,5% | -2,7% |

Resultados 2012 x 2011

A Ampla Energia encerrou o ano de 2012 com 2.712.359 unidades consumidoras (“consumidores”), 2,6% superior ao número de consumidores registrado ao final de 2011. Esse crescimento representa um acréscimo de 68.849 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 60.602 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 153 milhões nos últimos 12 meses.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2012 com 2.398.341 consumidores, um incremento de 2,7% em relação ao ano de 2011. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou 2012 com 39 clientes livres, um acréscimo de 5 novos clientes, que representa um incremento de 14,7% em relação ao número registrado no fechamento de 2011.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia no ano de 2012 foi de 10.472 GWh, o que representa um incremento de 5,1% (+508 GWh) em relação ao ano de 2011, cujo volume foi de 9.964 GWh. Esta variação é o efeito combinado de (i) um incremento observado no mercado cativo da Companhia de 4,4% (+377 GWh) em 2012 em relação a 2011 (8.968 GWh versus 8.591 GWh), impulsionado, ainda, por (ii) um maior volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante, em 2012, foi de 1.504 GWh, 9,5% superior ao registrado em 2011 (+131 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

A receita operacional bruta da Ampla Energia alcançou, em 2012, R\$ 5.465 milhões, um crescimento de 10,4% em relação ao ano de 2011, de R\$ 4.951 milhões (+R\$ 514 milhões). Esse incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores:

- *Fornecimento de Energia Elétrica (aumento de R\$ 549 milhões):* Este incremento está associado ao aumento do volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia de 4,4%, o qual foi, ainda, impulsionado pela aplicação do efeito do reajuste tarifário de 7,01%, aplicado a partir de 15 de março de 2012.
- Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12*, a receita operacional bruta da Companhia, em 2012, alcançou o montante de R\$ 5.062 milhões, o que representa um incremento de 12,4% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 4.502 milhões (+R\$ 559 milhões).

*A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero (*contabilizando-se o mesmo valor na receita e na despesa*), considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

As deduções da receita apresentaram incremento de 8,3% em relação ao ano anterior, alcançando -R\$ 1.774 milhões em 2012, contra -R\$ 1.639 milhões no ano de 2011 (-R\$ 136 milhões). Esse incremento é o efeito das seguintes variações:

- *ICMS, PIS e COFINS (aumento de R\$ 161 milhões):* Esta variação reflete o crescimento da base de cálculo para apuração destes tributos. O percentual sobre a base de cálculo continua em linha com o ano de 2011.
- *Subvenção CCC e CDE (redução de R\$ 33 milhões):* A partir de maio de 2012, através da Resolução nº 1.291 de 15/05/2012, a quota mensal do encargo CCC reduziu R\$ 7 milhões em 2012, enquanto o encargo CDE teve aumento em sua quota mensal de R\$ 7,9 milhões para R\$ 8,9 milhões no ano de 2012, conforme Resolução Homologatória nº 1.243 de 13/12/2011.

Os custos e despesas operacionais em 2012 alcançaram -R\$ 2.985 milhões, um incremento de 9,2% em relação ao ano de 2011, de -R\$ 2.732 milhões (-R\$ 253 milhões). Este incremento é o efeito das seguintes variações:

- *Energia Elétrica comprada para revenda (aumento de R\$ 255 milhões):* Este acréscimo deve-se (i) às liquidações no mercado de curto prazo, em um cenário de elevação expressiva no PLD, para atendimento à demanda do mercado cativo da Companhia, tendo em vista o incremento do consumo deste mercado no 4T12, (ii) ao reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos, (iii) a uma maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada e (iv) aumento do custo variável pago às térmicas despachadas para garantir o nível mínimo dos reservatórios.
- *Encargo do Uso da Rede Elétrica/Encargo do Sistema – ESS (aumento de R\$ 36 milhões):* Este aumento decorre do reajuste contratual aplicado nos contratos de transmissão autorizado pela Resolução Homologatória nº 1.173, que reajustou as Receitas Anuais Permitidas das Transmissoras (RAP's) em média 4,5%,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

associado, ainda, ao incremento do volume de energia transportada sobre quais incidem os encargos e, também, ao maior despacho pelo ONS de usinas térmicas no período, tendo em vista a redução do nível dos reservatórios nacionais.

- *Custo na Desativação de Bens (aumento de R\$ 49 milhões)*: Variação, não recorrente, decorrente do registro de aproximadamente R\$ 36 milhões em 2012, associado à perda de valor de itens do ativo imobilizado.
- *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (aumento de R\$ 36 milhões)*: o aumento desta despesa decorre de ajuste na provisão para créditos de liquidação duvidosa e visa contemplar o montante de créditos que a Companhia julga ser de recebimento improvável.
- *Provisão para Contingências (redução de R\$ 96 milhões)*: Durante o exercício de 2012 foi concluído processo junto à Enertrade, de forma irretratável e irrevogável, resultando na reversão da provisão que estava constituída, impactando o resultado da Companhia em R\$ 102 milhões.
- Excluindo-se o efeito do custo operacional de construção - IFRIC 12*, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2012, alcançaram o montante de -R\$ 700 milhões, o que representa um incremento de 0,7% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 695 milhões (aumento de R\$ 5 milhões).

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia no ano de 2012, atingiu o montante de R\$ 883 milhões, o que representa um incremento de 15,8% em relação ao ano de 2011, cujo montante foi de R\$ 762 milhões (+R\$ 121 milhões). A margem EBITDA da Companhia em 2012 foi de 23,92%, o que representa uma evolução de 0,90 p.p. em relação a 2011, de 23,02%.

O resultado financeiro da Ampla Energia, no ano de 2012, ficou em R\$ 58 milhões, um incremento de 126,5% em relação ao ano anterior, de -R\$ 221 milhões (+R\$ 279 milhões). O principal fator que explica esta variação foi o incremento *Receita do Ativo Indenizável (aumento de R\$ 292 milhões)*: O incremento observado nesta rubrica se deve basicamente, ao registro contábil de um maior ativo e receita financeira no montante de R\$ 292 milhões, tendo em vista a mudança de metodologia de avaliação do ativo indenizável, após a promulgação da Lei 12.783 que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012. A nova metodologia passou a ter como base o Valor Novo de Reposição - VNR.

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou em 2012 um lucro líquido de R\$ 493 milhões, valor 134,5% superior ao registrado no ano de 2011, que foi de R\$ 210 milhões (+R\$ 283 milhões). Desta forma, a Margem Líquida em 2012 alcançou 13,37%.

A dívida bruta da Ampla Energia encerrou o ano de 2012 em R\$ 1.356 milhões, uma redução de 3,9% em relação ao ano de 2011, que foi de R\$ 1.412 milhões (-R\$ 55 milhões). Esta redução está basicamente associada (i) às diversas amortizações e captações de empréstimos com bancos privados no período (totalizando uma redução na dívida de R\$ 170 milhões), (ii) à emissão da 7ª série de debêntures não conversíveis pela Companhia, no total de R\$ 400 milhões, em junho de 2012, e a (iii) amortização da 1ª série da 4ª e da 5ª emissões de debêntures não conversíveis da Ampla Energia, no montante de R\$ 300 milhões.

Os investimentos realizados pela Ampla Energia em 2012 alcançaram R\$ 460 milhões, um decréscimo de 2,1% (-R\$ 10 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 470 milhões. O maior volume, em 2012, foi direcionado aos investimentos no combate às perdas, que representou R\$ 186 milhões de todo o valor investido no período mencionado. Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Ampla Energia atingiram R\$ 440 milhões em 2012, montante 3,3% inferior ao realizado em 2011 (de R\$ 455 milhões).

Resultados 2011 x 2010

A Ampla Energia encerrou o ano de 2011 com 2.643.510 unidades consumidoras ("consumidores"), 2,8% superior ao número de consumidores registrado ao final de 2010. Esse crescimento representa um acréscimo de 72.915 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 66.172 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 161 milhões nos últimos 12 meses.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2011 com 2.334.543 consumidores, um incremento de 3,0% em relação ao ano de 2010. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou 2011 com 34 clientes livres, um acréscimo de 5 novos clientes, que representa um incremento de 17,2% em relação ao número registrado no fechamento de 2010.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia no ano de 2011 foi de 9.964 GWh, o que representa um incremento de 1,4% (+138 GWh) em relação ao ano de 2010, cujo volume foi de 9.826 GWh. Esta variação é o efeito combinado de (i) um incremento observado no mercado cativo da Companhia de 1,1% (+153 GWh) em 2011 em relação a 2010 (8.591 GWh versus 8.438 GWh), compensada por (ii) um menor volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante, em 2011, de 1.373 GWh, 1,1% inferior ao registrado em 2010 (-15 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O mercado cativo da Companhia apresentou uma evolução de 1,8% no ano de 2011 quando comparado ao ano de 2010. As classes residencial baixa renda, industrial e rural apresentaram retração no consumo, em decorrência, respectivamente, (i) da aplicação dos novos critérios para enquadramento dos clientes residenciais baixa renda, (ii) pela migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre e (iii) pela menor necessidade do acionamento de equipamentos e sistemas de irrigação na região rural da Companhia (pelo aumento do volume de chuvas em 2011).

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. A Ampla Energia encerrou o ano de 2011 com DEC de 19,24 horas, índice 19,2% inferior ao registrado no ano de 2010, de 23,81 horas. O FEC alcançou o patamar de 9,83 vezes, o que representa uma redução de 22,8% em relação a 2010, que fechou em 12,74 vezes. A Ampla Energia investiu R\$ 103 milhões em qualidade do sistema no ano de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 19,66% em 2011, uma redução de 0,85 p.p. em relação às perdas registradas em 2010, de 20,51%. Esse resultado é reflexo principalmente do restabelecimento do faturamento de novos clientes pela medição eletrônica que ocorreu em julho de 2009, e que estavam suspensos pela Aneel desde outubro de 2007 (exigência de certificação pelo INMETRO). Em 2011, foram investidos no combate às perdas o montante de R\$ 163 milhões. O percentual alcançado no ano de 2011 para os níveis de perdas representa a melhor performance da Companhia neste indicador nos últimos 3 anos, o que comprova a eficácia da sua estratégia no combate às perdas dentro de sua área de concessão.

Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou 2011 em 98,79%, percentual inferior (-0,90 p.p.) em relação ao encerramento de 2010, de 99,69%.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Ampla Energia alcançou, em 2011, R\$ 4.951 milhões, um crescimento de 4,6% em relação ao ano de 2010, de R\$ 4.734 milhões (+R\$ 217 milhões). Esse incremento é o decorrente do efeito líquido dos seguintes fatores: crescimento do mercado de 1,4%, reajuste tarifário médio de 5,09%, aumento da receita de IFRIC de 13,3% e redução do Baixa renda de 38,3%. A redução da Baixa Renda reflete as alterações nos critérios de elegibilidade para enquadramento dos consumidores na Tarifa Social de Energia Elétrica. Observa-se uma migração de aproximadamente 490 mil consumidores da classe residencial baixa renda para a classe residencial convencional quando comparamos 2011 com o ano anterior, consumidores estes que deixaram de usufruir do benefício da Tarifa Social e com consequente redução do subsídio recebido pela Companhia.

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia, em 2011, alcançou o montante de R\$ 4.502 milhões, o que representa um incremento de 1,8% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 4.338 milhões (+R\$ 164 milhões).

Deduções à Receita Operacional

As deduções da receita apresentaram incremento de 3,8% em relação ao ano anterior, alcançando -R\$ 1.639 milhões em 2011, contra -R\$ 1.579 milhões no ano de 2010 (-R\$ 60 milhões).

Custos do Serviço e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2011 alcançaram -R\$ 2.732 milhões, um incremento de 1,5% em relação ao ano de 2010, de -R\$ 2.693 milhões (-R\$ 39 milhões). Esta redução é o efeito líquido das seguintes variações: aumento dos custos não gerenciáveis (compra de energia e encargos) em 4,4% e redução dos custos e despesas gerenciáveis de 2,3%.

| | 2011 | 2010 | Var. %(2) |
|--|--------------------|--------------------|--------------|
| Custos e despesas não gerenciáveis | | | |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | (1.316.910) | (1.235.155) | 6,6% |
| Taxa de Fiscalização da ANEEL | (7.392) | (7.015) | 5,4% |
| Encargos de Uso/de Serviço do Sistema | (264.528) | (280.258) | -5,6% |
| Total - Não gerenciáveis | (1.588.830) | (1.522.428) | 4,4% |
| Custos e despesas gerenciáveis | | | |
| Pessoal | (143.245) | (136.192) | 5,2% |
| Material e Serviços de Terceiros | (260.077) | (265.226) | -1,9% |
| Custo na Desativação de Bens | (8.774) | (11.343) | -22,6% |
| Depreciação e Amortização | (182.232) | (164.382) | 10,9% |
| Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa | (41.136) | (159.495) | -74,2% |
| Provisão para Contingências | (22.087) | (6.763) | 226,6% |
| Custo de Construção (IFRIC 12) | (448.631) | (395.864) | 13,3% |
| Outras Despesas Operacionais | (37.114) | (31.356) | 18,4% |
| Total – Gerenciáveis | (1.143.296) | (1.170.621) | -2,3% |
| Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional | (2.732.126) | (2.693.049) | 1,5% |

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2011, alcançaram o montante de -R\$ 695 milhões, o que representa uma redução de 10,3% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 775 milhões (+R\$ 80 milhões).

EBITDA e Margem EBITDA

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia no ano de 2011, atingiu o montante de R\$ 762 milhões, o que representa um incremento de 21,8% em relação ao ano de 2010, cujo montante foi de R\$ 626 milhões (+R\$ 136 milhões). A margem EBITDA da Companhia em 2011 foi de 23,0%, o que representa uma evolução de 3,17 p.p. em relação a 2010, de 19,9%.

O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do IR e CSLL, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização, resultados não operacionais e participações. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou, como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diversa da Companhia. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o IR e CSLL, a depreciação e amortização, os resultados não operacionais e as participações, o EBITDA Ajustado funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA Ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Ampla Energia, no ano de 2011, ficou em -R\$ 221 milhões, um aumento de 65,1% em relação ao ano anterior, de -R\$ 134 milhões (-R\$ 87 milhões). Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações: redução das receitas financeiras em 58,3% e aumento das despesas financeiras 10,9%.

Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou em 2011 um lucro líquido de R\$ 210 milhões, valor 2,7% inferior ao registrado no ano de 2010, que foi de R\$ 216 milhões (-R\$ 6 milhões). Desta forma, a Margem Líquida em 2011 alcançou 6,4%.

Resultados 2010 x 2009

A Ampla encerrou o ano de 2010 com 2.570.595 unidades consumidoras ("consumidores"), 1,9% superior ao número de consumidores ao final do ano de 2009. Esse crescimento representa um acréscimo de 48.998 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 48.472 novos consumidores.

Essa evolução reflete o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla e os investimentos realizados pela Companhia em novas conexões.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2010 com 2.570.150 consumidores, um incremento de 1,9% em relação ao ano anterior. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou o ano de 2010 com 23 clientes livres, 5 a mais do que em 2009, o que equivale a um acréscimo de 27,8%.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla no ano de 2010 foi de 9.610 GWh, uma evolução de 5,9% (+539 GWh) em relação ao ano anterior, cujo volume foi de 9.071 GWh. Esse incremento na energia está concentrado no mercado cativo da Companhia, que apresentou uma evolução de 4,7% (+377 GWh) em 2010 (8.438 GWh versus 8.061 GWh).

Esta evolução também foi impulsionada, em menor escala, por um maior volume de energia transportado para os clientes livres. O volume em 2010, de 1.172 GWh, foi 16,0% superior ao registrado em 2009 (+162 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O mercado cativo da Companhia apresentou um incremento de 4,7% em 2010 em relação a ano de 2009. Todas as classes apresentaram evolução no consumo. Os principais fatores que impulsionaram o aumento do consumo foram: o crescimento vegetativo do mercado cativo, de 1,9%, que adicionou mais 48.998 novos consumidores efetivos à base comercial da Companhia, e o ao aumento da venda de energia per capita no mercado cativo, de 2,7%.

A venda de energia per capita no mercado cativo foi de 3.283 KWh/consumidor, representando um acréscimo de 2,7% em relação ao ano anterior. Isso reflete, basicamente, uma atividade industrial mais aquecida na área de concessão (8,6%), associada ao aumento das temperaturas médias no período. No Rio de Janeiro, a temperatura média de 2010 foi de 25,41°C, percentual 2,0% superior ao registrado em 2009, de 24,91°C.

O transporte de energia para os clientes livres na área de concessão da Companhia em 2010 foi de 1.172 GWh, o que representa um incremento de 16,0% em relação ao ano de 2009, reflexo basicamente do crescimento do número de clientes livres de 18, em 2009, para 23, no 2010.

Em relação ao transporte de energia per capita para os clientes livres houve, no entanto, uma redução de 9,2% de 2009 para 2010.

A energia total requerida pelo sistema da Ampla em 2010 foi de 12.489 GWh, um percentual 4,7% superior ao registrado no ano anterior (11.927 GWh). Esse aumento está abaixo do aumento da energia distribuída pelo sistema, de 5,7% (9.927 GWh versus 9.394 GWh), tendo em vista a redução de 0,73 p.p. nas perdas de energia, alcançando 20,51%, em 2010, contra 21,24% em 2009.

Os contratos de compra de energia para 2010, incluindo a liquidação na CCEE e os contratos de energia distribuída, totalizaram 11.282 GWh para atender a energia demandada pelo sistema. Esse montante representa um incremento de 3,1% (+334 GWh) em relação ao ano passado, que foi de 10.948 GWh, reflexo do crescimento do mercado e consequente elevação do volume de venda e transporte de energia.

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. Eles refletem:

DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas nos últimos 12 meses).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes nos últimos 12 meses).

A Ampla encerrou o ano de 2010 com DEC de 23,81 horas, índice 22,3% superior ao de 2009, de 19,47 horas. O FEC alcançou o patamar de 12,74 vezes, o que representa um aumento de 6,9% em relação ao ano de 2009, que fechou em 11,92 vezes.

Os indicadores de qualidade da Ampla no 4T10 foram fortemente impactados por: i) condições climáticas, bem mais severas registradas no 1T10, quando as descargas atmosféricas registradas na área de concessão da empresa tiveram um aumento de 114% e ii) fortes ventos, na ordem de 56km/h, intensificaram a contaminação da rede com poluição salina na região litorânea em setembro de 2010.

Em que pese a piora dos indicadores de qualidade quando comparado 2010 com 2009, o DEC e o FEC registrados no 4T10 foram os menores de todos os trimestres do ano de 2010, o que já reflete os investimentos no Plano de Qualidade empenhado pela Companhia a partir do 2T10.

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 20,51% em 2010, uma melhora de 0,73 p.p. em relação às perdas registradas em 2009, de 21,24%. Esse resultado é reflexo principalmente do restabelecimento do faturamento de novos clientes pela medição eletrônica que ocorreu em julho de 2009, e que estavam suspensos pela Aneel desde outubro de 2007 (exigência de certificação pelo INMETRO). No ano, foram investidos no combate às perdas o montante de R\$ 167 milhões.

Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou o ano de 2010 em 99,69%, percentual em linha (-0,12p.p.) com o encerramento de 2009, de 99,81%, o que reflete a efetividade da arrecadação sobre o faturamento da Companhia.

Os indicadores MWh/colaborador e MWh/consumidor refletem a produtividade da Companhia, em termos de geração de valor pela força de trabalho (colaboradores) e geração de valor por cliente.

A Ampla encerrou o ano de 2010 com o indicador de MWh/colaborador de 8.101, índice 14,0% melhor que o registrado em 2009, de 7.108. O indicador de MWh/cliente alcançou o patamar de 3,77, o que representa uma melhoria de 3,9% em relação a 2009, que registrou 3,63.

A receita operacional bruta da Ampla alcançou, no ano de 2010, R\$ 4.748 milhões, um incremento de 2,3% em relação ao ano de 2009, de R\$ 4.640 milhões (+R\$ 108 milhões). Esse crescimento é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:

- Redução de 2,2% (R\$ 3.806 milhões versus R\$ 3.893 milhões) na receita por fornecimento de energia (-R\$ 86 milhões);

O aumento de 4,7% no volume de energia vendida no âmbito do mercado cativo foi parcialmente compensado pelo reajuste tarifário negativo de 2010, no percentual médio de 4,7%, vigente a partir de março de 2010, o que explica o descasamento entre energia faturada em GWh e receita de fornecimento de energia.

- Evolução de 178,2% (R\$ 81 milhões versus R\$ 29 milhões) na receita por suprimento de energia elétrica (+R\$ 52 milhões);

A evolução observada é explicada pelo aumento da venda de energia no mercado *spot*. Em 2010 o total de energia vendida no mercado *spot* foi de 478 GWh contra 94 GWh em 2009.

- CVA Passiva (+R\$ 79 milhões):

De acordo com o despacho nº 4722 da ANEEL, foi realizada uma reclassificação contábil das CVA's passivas (Conta de Compensação de Variação de Valores de itens da "parcela A") a partir do terceiro trimestre de 2010. O objetivo da CVA de energia é registrar a variação dos custos de aquisição de energia elétrica ocorrida entre o valor homologado no reajuste ou revisão tarifária e os efetivamente pagos pela concessionária. Assim, caso o valor homologado no reajuste/revisão seja superior ao efetivamente pago, é constituída uma CVA passiva, de forma a que no próximo evento tarifário o montante será devolvido ao consumidor (o inverso também se aplica).

- Incremento de 19,3% (R\$ 396 milhões versus 332 milhões) na receita operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 (+64 milhões);

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na receita operacional bruta em 2010 foi de R\$ 396 milhões, (cuja contrapartida se encontra nas despesas operacionais, no mesmo valor, não gerando nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), um incremento de R\$ 64 milhões quando comparado com o ano anterior (R\$ 332 milhões).

As deduções da receita aumentaram 7,0% em relação ao ano anterior, alcançando -R\$ 1.593 milhões em 2010, contra -R\$ 1.489 milhões no ano de 2009 (-R\$ 104 milhões). Esse incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Acréscimo de 3,8% (-R\$ 1.295 milhões versus -R\$ 1.247 milhões) nos tributos – ICMS/COFINS/PIS/ISS (-R\$ 48 milhões):

Este acréscimo é oriundo do aumento da base de cálculo para apuração destes tributos, composta pelo fornecimento de energia, suprimento de energia elétrica e receita pela disponibilidade da rede elétrica.

- Acréscimo de 60,6% (-R\$ 122 milhões versus -R\$ 76 milhões) na conta de consumo de combustíveis fósseis – CCC (-R\$ 46 milhões):

A CCC (Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis) refere-se aos custos de operação das usinas dos sistemas interligado e isolado brasileiro localizadas principalmente na Região Norte, cujos custos são rateados pela ANEEL entre todos os agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final. Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL, para cada concessionária de distribuição, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade de uso das usinas termoelétricas.

- Acréscimo de 6,8% (-R\$ 89 milhões versus -R\$ 83 milhões) na conta de desenvolvimento energético – CDE (-R\$ 6 milhões):

A CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) é utilizada pelo Governo Federal para promover a competitividade da energia produzida por meio de fontes alternativas e o desenvolvimento energético do País através do programa de universalização, e seu montante é definidos pela Aneel.

Os custos e despesas operacionais em 2010 alcançaram -R\$ 2.693 milhões, um incremento de 8,5% (-R\$ 212 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior. Este incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

Incremento de 5,4% (-R\$ 1.522 milhões versus -R\$ 1.445 milhões) nos custos e despesas não gerenciáveis (-R\$ 78 milhões), por:

- Incremento de 3,5% (-R\$ 1.192 milhões versus -R\$ 1.152 milhões) nos custos da energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 40 milhões):

O incremento observado é devido ao aumento de 11,9% no volume de compra de energia associado à mudança do critério contábil das companhias a partir do 4T10, para o IFRS, e consequente estorno das CVA's (passivas em 2009 e ativas em 2010). Esses fatores foram parcialmente compensados pela reclassificação das CVA's passivas realizadas no 3T10.

- Incremento de 44,8% (-R\$ 234 milhões versus -R\$ 161 milhões) no encargo do uso da rede elétrica (-R\$ 72 milhões):

O aumento se deve ao efeito de alocação de contas. Em 2009, esta conta incluía somente transporte de Itaipu e a partir de 2010, passou a incluir também conexão de Itaipu e Rede básica. Além disso, também há o efeito do estorno das CVA's, devido ao novo critério contábil adotado (IFRS), conforme mencionado anteriormente.

- Redução de 44,1% (-R\$ 47 milhões versus -R\$ 83 milhões) no encargo do serviço do sistema ESS (+R\$ 37 milhões):

A redução se deve principalmente a uma reclassificação de valores acumulados de CVA de CDE, que estavam sendo contabilizadas dentro das CVA de ESS desde abril de 2010, e em dezembro de 2010 foi realizada uma reclassificação desses valores, tornando o saldo de ESS positivo.

Incremento de 12,9% (-R\$ 1.171 milhões versus -R\$ 1.037 milhões) nos custos e despesas gerenciáveis (-R\$ 134 milhões), por:

- Incremento de 295,2% (-R\$ 159 milhões versus -R\$ 40 milhões) em provisão para créditos de liquidação duvidosa (-R\$ 119 milhões):

O incremento se deve principalmente à provisão de aproximadamente R\$ 53 milhões de saldos acumulados de outras contas a receber, que passaram a ser considerados passíveis de risco, e que foram provisionados em dezembro de 2010. Além disso, as reversões em 2009 foram relativamente altas (R\$ 91 milhões), se comparadas a 2010 (R\$ 46 milhões).

- Redução de 84,6% (-R\$ 7 milhões versus -R\$ 44 milhões) em provisões para contingências (+R\$ 37 milhões):

A redução se deve a atualizações nos saldos das provisões de contingências cíveis e trabalhistas, principalmente no segundo semestre do ano.

- Incremento de 19,3% (-R\$ 396 milhões versus -R\$ 332 milhões) na despesa operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12) (-R\$ 64 milhões):

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na despesa operacional em 2010 foi de -R\$ 396 milhões, (cuja contrapartida se encontra na receita operacional bruta, no mesmo valor, não gerando nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), um incremento de R\$ 64 milhões quando comparado com o ano anterior (-R\$ 332 milhões).

Com base nos variações acima expostas, o EBITDA da Ampla em 2010, atingiu o montante de R\$ 634 milhões, o que representa um decréscimo de 24,6% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 841 milhões (-R\$ 207 milhões). A margem EBITDA da Companhia no ano foi de 20,1%, o que representa uma redução de 6,59 p.p. em relação a 2009, de 26,7%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado financeiro da Ampla, em 2010, ficou em -R\$ 134 milhões, uma redução de 9,5% em relação ao ano anterior, de -R\$ 122 milhões, esta redução é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

Incremento de 31,5% (R\$ 133 milhões versus R\$ 101 milhões) nas receitas financeiras (+R\$ 32 milhões), por:

- Incremento de 295,3% (R\$ 53 milhões versus R\$ 13 milhões) em outras receitas financeiras (+R\$ 39 milhões):

Atualizações monetárias de processos trabalhistas no valor de R\$ 33,7 milhões, ocorridas em dezembro de 2010.

Incremento de 19,4% (-R\$ 267 milhões versus -R\$ 224 milhões) nas despesas financeiras (-R\$ 43 milhões), por:

- Encargos com fundo de pensão (+R\$ 3 milhões):

Reconhecimento dos ganhos e perdas relacionados ao plano de benefícios pós-emprego da Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasileiros, do qual a Companhia é patrocinadora. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente. Como receita financeira foi reconhecido o valor de R\$ 76 milhões em 2010, e como despesa financeira foi reconhecido o valor de R\$ 90 milhões em 2010. O valor líquido, de -R\$ 14 milhões, foi lançado na linha de encargos com fundo de pensão.

- Incremento de 82,6% (-R\$ 39 milhões versus -R\$ 21 milhões) em encargos e atualizações de contingências (-R\$ 18 milhões):

O incremento acima está associado basicamente aos juros referentes a processos cíveis, no valor de R\$ 7 milhões, e as atualizações das contingências referentes ao processo “tarifaço” (ações propostas por grandes clientes que questionam reajuste tarifário concedido em 1986 quando da vigência de decreto federal que determinava o congelamento de preços), no valor de R\$ 9 milhões, reclassificados da linha de provisões para esta em dezembro de 2010.

- Incremento de 93,3% (-R\$ 68 milhões versus -R\$ 35 milhões) em outras despesas financeiras (-R\$ 33 milhões):

O incremento se deve principalmente à mudança no critério de classificação contábil das indenizações DIC e FIC, no valor de -R\$ 25 milhões, que passaram a ser registradas na linha de outras despesas financeiras em 2010, e anteriormente eram classificadas como outras despesas operacionais.

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2010 registraram -R\$ 112 milhões, uma redução de 40,1% em relação ao ano anterior, de -R\$ 187 milhões (+R\$ 75 milhões). Essa redução é devido ao menor resultado antes de impostos registrado em 2010.

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla registrou em 2010 um lucro líquido de R\$ 216 milhões, valor 40,1% inferior ao registrado no ano de 2009, que foi de R\$ 361 milhões (-R\$ 145 milhões). Desta forma, a Margem Líquida em 2010 alcançou 6,8%, valor inferior em 4,60 p.p. à registrada em 2009, de 11,4%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Comentário dos Diretores

a) resultados das operações do emissor, em especial:

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A receita da Companhia é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão, somando R\$ 5.465 milhões em 2012. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Ampla. Além disto, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da Ampla Energia). O consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, e eles são diretamente dependentes do desempenho da economia da região. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluindo o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia, além de mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla Energia e regulados pela Aneel. Tais mecanismos prevêem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ainda, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Em 09 de dezembro de 1996 foi firmado o Contrato de Concessão nº 005/1996 entre a União, por intermédio do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, e a Ampla Energia e Serviços S/A. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela concessionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica da concessão de que esta é titular. O mencionado contrato estabelece, na Segunda Subcláusula da Cláusula Sétima, a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da concessionária, mediante aplicação de fórmula específica, conforme a Quarta Subcláusula da Cláusula Sétima.

O objetivo do Reajuste Tarifário Anual é restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, segundo fórmula prevista no contrato de concessão. Acontece anualmente, na data de aniversário do contrato, exceto no ano de revisão tarifária. Para aplicação dessa fórmula, são calculados todos os custos não-gerenciáveis da distribuidora (parcela A). Os outros custos, constantes da parcela B, são corrigidos pelo IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas. A correção da parcela B ainda depende do fator X, índice fixado pela ANEEL na época da revisão tarifária. Sua função é repartir com o consumidor os ganhos de produtividade da concessionária, decorrentes do crescimento do número de unidades consumidoras e do aumento do consumo do mercado existente, o que contribui para a modicidade tarifária. Dessa forma, e em cumprimento do contrato de concessão, a ANEEL aplica, para os anos compreendidos entre as revisões tarifárias periódicas, o procedimento de reajuste tarifário anual (IRT),

O Reajuste Tarifário da Ampla Energia de 2012, com vigência a partir do dia 15 de março de 2012, estabeleceu um incremento nas tarifas de 8,11%, sendo o efeito médio a ser percebido pelo mercado cativo da Companhia de 7,01%, tendo em vista a retirada da tarifa dos componentes financeiros oriundos do reajuste tarifário anual anterior.

O contrato de concessão da distribuidora prevê a data de 15 de março para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definir as novas tarifas a serem praticadas pela empresa no ano corrente. Com o objetivo contribuir com os esforços do Governo Federal de reduzir as despesas embutidas no custo da energia, a Companhia encaminhou proposta à Aneel para que a data de Reajuste Contratual seja alterada para 30 de junho. Esta medida trará ainda benefícios para o consumidor, uma vez que, se aprovada, as alterações tarifárias deverão ocorrer entre os meses de junho/julho quando, historicamente, se registra menor consumo médio. Esta proposta foi colocada em audiência pública (que encontra aberta até a publicação deste relatório).

Enquanto não ocorre a decisão definitiva sobre a postergação da data de Reajuste Contratual da Ampla Energia para 30, e tendo em vista que ainda existem incertezas em relação à aplicação do Decreto 7.945/2013, publicado no dia 8 de março de 2013, que detalha a medida de auxílio do governo federal às distribuidoras, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) adiou, temporariamente, de 15 de março para o próximo dia 15 de abril o reajuste tarifário anual da Ampla, já que o decreto tem reflexo direto no reajuste tarifário da Ampla. Deste modo, o percentual de reajuste ainda será calculado pela Aneel. As tarifas atuais permanecem vigentes até 14 de abril de 2013.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 10.2. b, o resultado operacional da Ampla Energia é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação afeta os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas a serem corrigidos pela inflação.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida significativa denominada em moeda estrangeira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a) introdução ou alienação de segmento operacional
- b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária
- c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2012

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS) desde o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, estando em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2012. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação ("CPC 40") - A revisão do CPC 40 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* ("IFRS 7").

ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08") - A revisão da ICPC 08 tem como objetivo complementar o documento original emitido pelo CPC em 2009, abordando em mais detalhes as previsões contidas na legislação societária brasileira em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios.

CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e em Controlada ("CPC 18") - A revisão do CPC 18 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 28 - *Investments in Associates*. Alteração relevante trata do reconhecimento de resultados de transações entre controlada e controladora constante nos itens 22A, 22B e 22C, também tratado no ICPC 09, comentado abaixo.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09") - A revisão da ICPC 09 é decorrente da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 18.

CPC 17 (R1) - Contratos de Construção ("CPC 17") - A revisão do CPC 17 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 11 - *Construction Contracts*.

CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30") - A revisão do CPC 30 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 18 - *Revenue*.

CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas ("CPC 35") - A revisão do CPC 35 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 27 - *Separate Financial Statements*.

Além disso, listamos a seguir os pronunciamentos que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia pretende adotar tais pronunciamentos quando os mesmos entrarem em vigor.

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33") - A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - *Employee Benefits*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18") - A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - *Investments in Associates*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45") - O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36") - A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - *Consolidated and Separate Financial Statements*, que resultou na edição pelo IASB - *International Accounting Standards Board* do IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46") - O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - *Fair Value Measurement*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

2011

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, estando em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), os quais estão alinhados com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board. Na elaboração das demonstrações financeiras foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas na imprensa oficial em 20 de abril de 2011, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo CPC e regulamentados pela CVM.

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e teve a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1 de janeiro de 2011. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro ("CPC 00"), aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 15(R1) - Combinação de Negócios ("CPC 15"), aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19(R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) ("CPC 19"), aprovado pela Deliberação CVM nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 20(R1) - Custos de Empréstimos ("CPC 20"), aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis ("CPC 26"), aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão desta norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. Esta apresentação foi realizada pela Companhia no corpo das notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (nota 26.e).

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu também algumas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia, dentre as principais estão:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 - Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

2010 e 2009

Com as Leis 11.638/07 e 11.941/09, promulgadas durante o exercício de 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e a CVM aprovou uma série de Pronunciamentos e Interpretações contábeis que tinha por objetivo a convergência das práticas contábeis brasileiras às práticas internacionais de contabilidade. As demonstrações financeiras de 2010 foram as primeiras demonstrações preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo International Financial Reporting Standards (IFRSs), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Para que o processo de harmonização de práticas contábeis fosse possível, a Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1, adotando como data de transição 1º de janeiro de 2009 e consequentemente as demonstrações financeiras de 2009 foram reapresentadas com os ajustes identificados na adoção dos referidos CPCs.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Na mensuração dos ajustes e preparação do balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras de tal forma que elas produzissem os mesmos valores de patrimônio líquido e resultado em relação conforme as IFRSs.

A adoção dos CPC 15 ao 43 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

(1) Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC Estrutura Conceitual). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos. Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos pronunciamentos foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

(2) Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (ICPC 08 / Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements) – Esta interpretação esclarece que a declaração de dividendos, excedente ao mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis não devem ser reconhecidos como passivo, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações contábeis como definido no pronunciamento Técnico CPC 25 (IAS 37) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos.

Os dividendos declarados e não pagos, excedentes ao mínimo obrigatório, referentes aos exercícios de 2008 e 2009 foram reconhecidos como ajuste na mutação do patrimônio líquido e foram revertidos na conta de dividendos a pagar, no balanço patrimonial, onde estavam originalmente apresentados de acordo com as regras anteriores.

(3) Contratos de Concessão (ICPC 01/IFRIC 12 e OCPC 05) - Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível que correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pelo concedente.

O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo.

O ativo financeiro está classificado como instrumento financeiro disponível para venda, considerando a premissa de que o valor da indenização ao final do contrato de concessão será calculado pelo órgão concedente em função da Base de Remuneração Regulatória (BRR).

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado trimestralmente, considerado a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado serão reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Considerando que o ativo financeiro é remunerado pelo WACC regulatório e que esta remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor.

(4) Contratos de Construção (CPC 17/IAS 11) – Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Em atendimento a este pronunciamento técnico a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria. Pelo fato de quase a totalidade de construções de ativos ser terceirizado, a administração da companhia conclui que não há margem própria a ser aplicada. A margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

(5) Benefícios a empregados (CPC 33/IAS 19) – Este pronunciamento técnico fornece orientações sobre o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos benefícios concedidos aos empregados.

A Companhia anteriormente efetuava o registro Plano de Benefícios Previdenciários – Benefício Definido em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00, utilizando a regra do “corredor”. Com a adoção das IFRS a Companhia deixou de utilizar a regra do “corredor”.

Anteriormente os efeitos de ganhos e perdas atuariais eram registrados diretamente no resultado do exercício. Com a adoção dos novos Pronunciamentos Contábeis esses efeitos passaram a ser contabilizados em outros resultados abrangentes.

(6) Imposto de renda e contribuição social: os impostos diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias relacionadas às diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e IFRS.

(7) Reclassificações: De acordo com os novos pronunciamentos contábeis foram efetuadas as seguintes reclassificações às demonstrações financeiras da Companhia.

a) Os depósitos judiciais relacionados a contingências prováveis e anteriormente registrados como redução das respectivas provisões foram reclassificados para o ativo não circulante.

b) Os impostos diferidos anteriormente apresentados no circulante foram reclassificados para o não circulante.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Reapresentação das ITR's de 2010, comparativamente com as de 2009 também ajustadas às normas de 2010.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31/03/2009, 30/06/2009, 30/09/2009, 31/03/2010, 30/06/2010 e 30/09/2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2012, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados.

Os efeitos da adoção das novas práticas contábeis em 2010 conforme descritas no item 10.4.a, estão apresentados a seguir. A coluna “referência para ajustes” diz respeito ao número da nota explicativa que acompanha às demonstrações financeiras e descreve a natureza do ajuste.

| ATIVO | Referência para ajustes | Publicado 31/12/2009 | Ressalva Reclassificação | Ajustes | Reapresentação 31/12/2009 |
|---|----------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------------|------------------------------|
| | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | | 159.779 | - | - | 159.779 |
| Títulos e valores mobiliários | | 195.623 | - | - | 195.623 |
| Consumidores, concessionários e permissionários | | 758.612 | - | - | 758.612 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (119.876) | - | - | (119.876) |
| Consumidores de baixa renda | | 17.097 | - | - | 17.097 |
| Estoques | | 2.130 | - | - | 2.130 |
| Tributos a compensar | | 69.010 | - | - | 69.010 |
| Caução e depósitos | | 10.110 | - | - | 10.110 |
| Tributos difendidos | 7 | 37.580 | (37.580) | - | - |
| Energia livre | 1 | 139.467 | - | (135.326) | 4.141 |
| Partes relacionadas | | 1.598 | - | - | 1.598 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 802 | - | - | 801 |
| Outros créditos | | 90.950 | - | - | 90.950 |
| Total do ativo circulante | | 1.362.882 | (37.580) | (135.326) | 1.189.975 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Consumidores, concessionários e permissionários | | 31.402 | - | - | 31.402 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (2.515) | - | - | (2.515) |
| Energia livre | 1 | 11.553 | - | (11.553) | - |
| Tributos a compensar | | 80.138 | - | - | 80.138 |
| Depósitos vinculados a litígios | | 149.883 | - | - | 149.883 |
| Cauções e depósitos | | 51.164 | - | - | 51.164 |
| Partes relacionadas | | 724 | - | - | 724 |
| Ativo indenizável (concessão) | 3 | - | - | 267.182 | 267.182 |
| Tributos difendidos | 7 | 335.709 | 37.580 | 5 | 373.294 |
| Imobilizado | 3 | 2.593.552 | - | (2.555.267) | 38.286 |
| Intangível | 3 | 38.017 | - | 2.288.071 | 2.326.088 |
| Total do ativo não circulante | | 3.289.627 | 37.580 | (11.562) | 3.315.646 |
| TOTAL DO ATIVO | | 4.652.509 | - | (146.888) | 4.505.620 |

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

| PASSIVO | Referência para ajustes | Publicado 31/12/2009 | Reclassificação | Ajustes | Representação 31/12/2009 |
|--|-------------------------|----------------------|-----------------|-----------|--------------------------|
| CIRCULANTE | | | | | |
| Fornecedores | | 221.679 | - | - | 221.679 |
| Folha de pagamento | | 26.822 | - | - | 26.822 |
| Encargos de dívidas | | 11.743 | - | - | 11.743 |
| Empréstimos e financiamentos | | 135.545 | - | - | 135.545 |
| Debêntures | | 161.075 | - | - | 161.075 |
| Tributos a pagar | | 50.428 | - | - | 50.428 |
| Taxas regulamentares | 1 | 15.589 | - | - | 15.589 |
| Dividendos a pagar | | 180.475 | - | (127.208) | 53.267 |
| Contribuição de iluminação pública arrecadada | | 44.207 | - | - | 44.207 |
| Parcelamento especial | | 5.537 | - | - | 5.537 |
| Partes relacionadas | | 88.709 | - | - | 88.709 |
| Programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética | | 42.803 | - | - | 42.803 |
| Energia livre | 2 | 174.802 | - | (169.222) | 5.581 |
| Outras obrigações | | 27.898 | - | - | 27.897 |
| Total do passivo circulante | | 1.187.312 | - | (296.430) | 890.882 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | 580.388 | - | - | 580.388 |
| Debêntures | | 617.656 | - | - | 617.656 |
| Tributos diferidos | 3 | - | - | 16.441 | 16.441 |
| Obrigações com benefícios pós-emprego | | 232.146 | - | - | 232.146 |
| Partes relacionadas | | 2.778 | - | - | 2.778 |
| Programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética | | 34.037 | - | - | 34.037 |
| Parcelamento especial | | 18.403 | - | - | 18.403 |
| Energia livre | 1 | 41.889 | - | (26.012) | 15.877 |
| Provisão de baixa renda | | 35.359 | - | - | 35.359 |
| Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas | | 507.540 | - | - | 507.540 |
| Outras obrigações | | 122 | - | - | 121 |
| Total do passivo não circulante | | 2.070.318 | - | (9.571) | 2.060.746 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
| Capital social | 1, 3, 4 | 998.230 | - | - | 998.230 |
| Reservas de capital | 5 | 23.254 | - | - | 23.254 |
| Reservas de lucros | 2 | 373.395 | - | 31.905 | 405.300 |
| Proposta de distribuição de dividendos adicionais | | - | - | 127.208 | 127.208 |
| Total do patrimônio líquido | | 1.394.879 | - | 159.113 | 1.553.992 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO | | 4.652.509 | - | (146.888) | 4.505.620 |

Conciliação do patrimônio líquido

| | 01/01/2009 | 31/12/2009 |
|--|---------------|---------------|
| Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores | 1.545.902 | 1.394.879 |
| Ativo indenizável | - | (14) |
| Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios | (142.432) | 48.355 |
| Proposta de distribuição de dividendos adicionais | 26.553 | 127.208 |
| Tributos diferidos | 48.427 | (16.436) |
| Total dos ajustes no patrimônio líquido | (67.452) | 159.112 |
| Total do patrimônio líquido ajustado | 1.478.450 | 1.553.992 |

| | Referência para ajustes | Publicado 31/12/2009 | Reclassificação | Ajustes | Representação 31/12/2009 |
|--|-------------------------|----------------------|-----------------|-----------|--------------------------|
| RECEITA LÍQUIDA | 1 e 4 | 2.745.730 | - | 405.228 | 3.150.958 |
| Custo do serviço | 1, 3 e 4 | (1.990.050) | - | (216.972) | (2.207.022) |
| LUCRO BRUTO | | 755.680 | - | 188.255 | 943.935 |
| Despesas operacionais | | | | | |
| Despesas com vendas | | (63.325) | - | - | (63.325) |
| Despesas gerais e administrativas | | (210.770) | - | - | (210.770) |
| LUCROS ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS | | (274.095) | - | - | (274.095) |
| Renda financeira | 1 e 3 | 101.408 | - | (14) | 101.394 |
| Despesa financeira | 1 | (245.353) | - | 21.726 | (223.627) |
| LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS | | 337.640 | - | 209.967 | 547.607 |
| Correntes | | (97.721) | - | - | (97.721) |
| Diferidos | 1 e 3 | (17.637) | - | (71.389) | (89.026) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 222.282 | - | 138.578 | 360.860 |

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Conciliação do resultado

| | 31/12/2009 | |
|---|-------------------------------------|-------------------------------|
| | Resultado antes dos impostos | Resultado do exercício |
| De acordo com as práticas contábeis anteriores | 337.640 | 222.282 |
| Ativo indenizável (avaliação valor justo) | (3.716) | (3.716) |
| Ativo indenizável (receita financeira) | 3.702 | 3.702 |
| Benefício pós emprego | 19.194 | 19.194 |
| Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios | 190.788 | 190.788 |
| Tributos diferidos | - | (71.389) |
| Total dos ajustes no resultado | 209.967 | 138.578 |
| De acordo com as IFRSs | 547.607 | 360.860 |

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

2012

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2011

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2010 e 2009

Os diretores da Companhia declararam que concordam com os pareceres de auditoria emitidos sobre as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os quais não incluiram parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir :

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extração.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios pós-emprego

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 24.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Como parte do Grupo Endesa, que possui títulos negociados na Bolsa de Valores de Nova York, a Companhia se adequou aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), criando uma área de Controle Interno, que tem a função principal de monitorar e garantir a eficácia dos planos de ação para gerenciar os riscos relacionados à atividade.

Tomando por base testes executados pela administração durante todo o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram identificadas imperfeições relevantes na execução dos controles internos. Caso fossem identificadas quaisquer imperfeições na execução dos controles internos, seriam corrigidas através da aplicação de planos de ação que viessem a garantir a sua total eficácia.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não existem deficiências e/ou recomendações presentes no relatório do auditor independente.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

6º emissão de debêntures

O montante líquido obtido pela Emissora com a Oferta foi utilizado para reforço do capital de giro e refinanciamento de dívidas.

7º emissão de debêntures

O montante líquido obtido pela emissora com a Oferta foi integralmente destinado ao refinanciamento de operações financeiras de curto prazo da Companhia.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items):

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b) natureza e o propósito da operação
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável